

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Edital 123/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
123/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ANDREA ROMANO LEONARDO FERREIRA	16/06/2026 09:15 (v 0.10)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.002449/2025-12

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

254445.

OBJETO

Aquisição de Material Hospitalar .

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

Sigiloso

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 30/06/2026 às 9h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS (BIO-MANGUINHOS)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90096/2026.

(Processo Administrativo nº25386.002449/2025-12)

Torna-se público que a **Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)**, por meio do **INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS (BIO-MANGUINHOS)**, sediado(a) **Av. Brasil nº 4.365 - Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ**], realizará licitação, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **Lei nº 6.360/1976** , **Decreto nº 8.077/2013**, **RDC nº 16/2014** e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a **Aquisição de Material Hospitalar**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.3. Em caso de divergência entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

Não se Aplica.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.7. Não poderão disputar esta licitação:

3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.7.11. pessoas jurídicas reunidas em consórcio; **tendo em vista que o objeto a ser licitado não envolve serviço de grande vulto e /ou de alta complexidade técnica.**

3.7.12. pessoas físicas; **uma vez que a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.**

3.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o **item 3.7.6** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem **os itens 3.7.4 e 3.7.5** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos **itens 3.7.4 e 3.7.5** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.14. A vedação de que trata o **item 3.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.

4.2. Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.

4.3. O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.6 ou 5.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16. O valor final mínimo parametrizado na forma do **item 5.15** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. marca;

6.1.3. fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, **com no máximo 2 (duas) casas decimais após a vírgula (Ex: R\$ 0,00).**

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores , que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **5% (cinco por cento)**

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.19.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025

7.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.20.2. empresas brasileiras;

7.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.22.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.22.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.22.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.22.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.22.5. O Pregoeiro/solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.22.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.12. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.13. O pregoeiro/agente de contratação/comissão de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. . A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

98. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o **item 9.11.1**, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 cinco dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. . A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não se Aplica.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

Não se Aplica.

13. DOS RECURSOS

13.1. interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.7. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://sipsei.fiocruz.br/sip/login.php?sigla_orgao_sistema=FIOCRUZ&sigla_sistema=SEI&infra_url=L3NlaS8=

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. . salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta ~~ou amostra~~ em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

14.16. Serão observados os termos a Portaria nº 185/2024-Cogead, sobre as condutas e a dosimetria na aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Fiocruz.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:
e-mail: licitacao@bio.fiocruz.br

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico :www.gov.br/compras.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.2. Apêndice Anexo I - Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato;

16.11.1.3. Apêndice Anexo I – Termo de Ciência e concordância;

16.11.1.1.4 Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Anexo III – Especificação Complementar

16.11.4. Anexo IV - Portaria 01/2026 - Sanções e Infrações

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA

Chefe de Divisão

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 2. Termo de Referencia 255.2026 - Completo Ajustado.pdf (1.63 MB)
- Anexo II - 2 . Minuta de Contrato Ajustada.pdf (111.24 KB)
- Anexo III - 3. Especificacoes Complementares.pdf (102.87 KB)
- Anexo IV - 4. Portaria 1.2026 - Infracoes e Sancoes.pdf (7.3 MB)

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Termo de Referência 255/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
255/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ANDREA ROMANO LEONARDO FERREIRA	15/06/2026 12:43 (v 0.7)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.002449/2025-12

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25386.002449/2025-12)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Material Hospitalar, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item RCO	Item	Material / Serviço	Unid	Qtd	Valor Unitário	Valor Total
1	9830	AGULHA,DESCARTAVEL;ESTERIL;20X5,5;CX100UN	UN	400	Sigiloso	Sigiloso
2	9833	AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 40X16; CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	600	Sigiloso	Sigiloso
3	9841	PINÇA CIRÚRGICA KELLY RETA;INOX;COMP 14CM	UN	6	Sigiloso	Sigiloso
4	9846	SERINGA DESC;CAP 5ML;SEM AGULHA	UN	1.500,00	Sigiloso	Sigiloso
5	9847	AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 25X8,0; CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	2.100,00	Sigiloso	Sigiloso
6	9851	AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA	UN	8.600,00	Sigiloso	Sigiloso
7	9852	SERINGA DESCARTÁVEL; APIROGÊNICA; CAP 1ML; EMBALADA INDIV	UN	1.100,00	Sigiloso	Sigiloso
8	9854	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICO;CAP 10ML;PP;ATÓXICO;S /AGULHA	UN	400	Sigiloso	Sigiloso
9	9856	SERINGA DESC;CAP 3ML;SEM AGULHA	UN	2.500,00	Sigiloso	Sigiloso
10	9857	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 60ML;LUER LOCK;S/ AGULHA	UN	400	Sigiloso	Sigiloso
11	9883	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 10ML;S/ AGULHA;DIV 0,2 ML	UN	650	Sigiloso	Sigiloso
12	9912	ABAIXADOR,LINGUA;MADEIRA;DESCARTAVEL;PT100UN	PT	4	Sigiloso	Sigiloso
13	9926	ATADURA DE CREPE EM ALGODÃO; PT 12RL MED 15CMX4,5M	PT	4	Sigiloso	Sigiloso

14	13057	ESCALPE (SCALP); EST; DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA	UN	200	Sigiloso	Sigiloso
15	16377	TERMOMETRO CLINICO;OVAL;CAPILAR VIDRO;ESCALA 35 A 42° C	UN	4	Sigiloso	Sigiloso
16	16434	LENÇOL HOSPITALAR;100%CELULOSE;DESCARTAVEL;70CM/50M; ROLO 50M	RL	50	Sigiloso	Sigiloso
17	17081	AGUA DESTILADA;CLASSE TERAPEUTICA;DILUENTE;AP 10ML	AP	100	Sigiloso	Sigiloso
18	22778	TUBO;COLETA SANGUE;4ML;C/K2EDTA;EST;DESC;À VÁCUO	UN	8.000,00	Sigiloso	Sigiloso
19	22884	AGULHA;COLETA SANGUE;AI;21GX1";LUER LOCK;EST;DESC;A VACUO	UN	2.000,00	Sigiloso	Sigiloso
20	22885	AGULHA;HIPODERMICA;CORPO AI;EST;DESC;CONECTOR LUER;0,70 X25MM	UN	3.000,00	Sigiloso	Sigiloso
21	23613	TUBO;PP;ENDOTRAQUEAL;COM BALONETE;Nº 7,5	UN	1	Sigiloso	Sigiloso
22	23614	TUBO;PP;ENDOTRAQUEAL;COM BALONETE;Nº 8	UN	1	Sigiloso	Sigiloso
23	28459	CATETER,INTRAVENOSO;JELCO22;AZ;22G;0,9X25MM	UN	100	Sigiloso	Sigiloso
24	32325	TUBO,COLETA;PLAS;TRANSP;SANGUE;GEL SEPARADOR;8,5ML; CX100UN	CX	30	Sigiloso	Sigiloso
25	33995	SWAB;PP;HASTE FLEX;ALGODAO;CX 100UN	CX	5	Sigiloso	Sigiloso
26	42706	SERINGA;PP;DESCARTAVEL;CONECTOR;LUER LOK;10 ML	UN	156	Sigiloso	Sigiloso
27	44587	COMPRESSA,GAZE;ESTERIL;7,5X7,5CM;09 FIOS CM2;PT 10UN	PT	400	Sigiloso	Sigiloso
28	51123	TIRA REAGENTE;APL APARELHO GLICOSIMETRO;CX 50UN	CX	10	Sigiloso	Sigiloso
29	55607	AGULHA,ACUPUNTURA;25X30MM;AISI 304;CX 100UN	CX	10	Sigiloso	Sigiloso
30	55609	SEMENTE,AMARELA;AURICULOTERAPIA;TUBO 40G	TB	24	Sigiloso	Sigiloso
31	55617	CREME,DRENAGEM;LINFATICA;PO 1KG	PO	5	Sigiloso	Sigiloso
32	60333	ELETRODO,MULTIFUNCAO;DESC;P/ADULTO;F7959W,CMOS DRAKE	UN	1	Sigiloso	Sigiloso
33	60334	ELETRODO,MULTIFUNCAO;DESC;P/ADULTO;F7988W,CMOS DRAKE	UN	1	Sigiloso	Sigiloso
34	61233	SERINGA,0.5ML;05127033-29G;UNIQMED;CX100UN	CX	2	Sigiloso	Sigiloso
35	64904	AGULHA,HIPODERMICA;ESTERIL;30GX1/2 (0,30x13MM);CX100UN	CX	3	Sigiloso	Sigiloso

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. **O prazo de vigência da contratação é de 100 (cem) dias contados a partir da data da última , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, assinatura aposta no instrumento , em virtude de sua tramitação eletrônica, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.**
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:
- I) ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000007/2026 ;
 - II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025 ;
 - III) Id do item no PCA: 392 , 3 e 280 ;
 - IV) Classe/Grupo:4515 , 4710 e 6640 ;
 - V) Identificador da Futura Contratação: 254445-23/2026 e 254445-24/2026 ;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Conforme Consulta aos Critérios de Sustentabilidade e com base em análise técnica, não foram identificados critérios de sustentabilidade aplicáveis ao objeto da presente contratação.

Ressalta-se que o objeto não se enquadra nas categorias para as quais há diretrizes sustentáveis estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, publicado pela AGU.

Dessa forma, a não exigência de critérios de sustentabilidade se justifica pela ausência de parâmetros técnicos aplicáveis ao caso concreto, bem como pela necessidade de assegurar a adequada competitividade, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e razoabilidade previstos na Lei nº 14.133 /2021.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a **indicação das Marcas : CMOS DRAKE para os itens: 32 e 33 e UNIQMED para o item 34.**, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021,

4.4.1. A Administração avaliou que o objeto contratual em questão refere-se ao fornecimento de material de consumo, cuja natureza, de uso rotineiro e substituível, aliada ao baixo risco de inadimplemento com impacto relevante, justifica não imposição de garantia de execução contratual. Portanto, a dispensa da exigência de garantia contratual para este fornecimento se revela adequada, proporcional e eficiente, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público, conforme preceitua o art. 2º da Lei nº 9.784 /1999.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5. Informamos que esta Administração deixará de adotar as determinações contidas no artigo 8º do Decreto nº 8.538 /2015, no que se refere ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento), visto que o sistema integrado (ERP)

utilizado pela unidade, não permite a divisão do mesmo item, ou seja, toda vez que o item é dividido e o sistema identifica que trata-se do mesmo material, o próprio sistema agrupa os valores num item único, comprometendo todas as etapas posteriores do processo, como por exemplo, a elaboração das Ordens de Fornecimento (OF's) e emissão de notas de empenho.

Margem de Preferência:

4.6. Consultamos o link <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/RESOLUCAO-CICS-MGI-NO-8-ANEXO-I.pdf> e não identificamos a existência de legislação aplicável relativa à margem de preferência para o itens constantes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de até **30 (trinta) dias** aposta no instrumento contratual , em virtude de sua tramitação eletrônica, em remessa única. , contados do a partir da data da última assinatura.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **15 (quinze) dias** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: **Almoxarifado de Bio Manguinhos – Fundação Oswaldo Cruz - Avenida Brasil, 4365 – Bairro Manguinhos – CEP 21045-900, Rio de Janeiro-RJ – Horário: 08:00 às 11:30 e de 13:00 às 16:00. As entregas só poderão ser feitas com agendamento prévio junto ao Almoxarifado de Bio Manguinhos através do e-mail: agendarecebimento@bio.fiocruz.br e pelos telefones: (21) 3882-7017 ou (21) 3882 9468, com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. Entregas não agendadas não serão recebidas. Ressaltamos que o almoxarifado não abre para recebimento nos últimos 03 (três) dias úteis do mês.**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, **de 0,05% (cinco centésimos por cento) por dia de atraso** injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o **limite de 25 (vinte e cinco) dias**.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação**.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação**.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **a 10% (dez por cento) 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, **de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação**.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação**

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **15 (quinze) dias úteis**.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de **dez dias úteis** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA / IBGE** de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.[A12]

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a

legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.[A13]

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.[A14]

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, **qual seja, a data da assinatura do Termo de Atesto do Mapa de Preços, em 19/05/2026.**

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade[A17] .

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO , sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.21. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.22. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.23. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.24. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.25. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.26. Para os itens : 10,14 ,17,18, 21, 22, 23, 24, 26, 28,31, 32 e 33

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.*

10.3.1. *Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: [254432];
- II) Fonte de recursos: [1001000000 e 1002000000];
- III) Programa de trabalho: [10303511747050001,10305512320YE0001 e 10303511865160001];
- IV) Elemento de despesa: [339030]; e

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação **(item 15)**, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

OU

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] , sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital;

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **30 (trinta) dias**.
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.2. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]
- 4.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 4.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.8. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.9. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.10. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital ; no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: A decisão de manter o orçamento em sigilo se justifica pela busca de apresentação das propostas dos Licitantes em consonância com o preço praticado no mercado e por entender que um possível orçamento aberto ocasionaria preços que não se afastariam do valor inicial, prejudicando a apresentação da melhor proposta à administração pública.]

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA
Chefe de Divisão

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Estudo Técnico Preliminar 98.2026.pdf (1.19 MB)
- Anexo II - Estudo Técnico Preliminar 121.2026 - Itens 9912, 16377, 16434, 17081, 33995, 51123, 55607, 55609, 55617, 60333 e 60334.pdf (169.79 KB)
- Anexo III - Estudo Técnico Preliminar 370.2026 - Itens 9841 e 61233.pdf (80.16 KB)

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Estudo Técnico Preliminar 98/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25386.002449/2025-12

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para atender à demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções propostas. O ETP subsidia o processo de contratação, conforme estabelece o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a outros órgãos públicos. Sua missão é garantir o acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. Bio-Manguinhos desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas.

A instituição tem investido na ampliação de seu parque industrial, na produção de vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, além de desenvolver novas tecnologias e produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que impactam a saúde pública do país. As diretrizes de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação são definidas com base em critérios como a situação epidemiológica do Brasil, a demanda dos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto e sua viabilidade econômica, bem como a capacidade científica e tecnológica, além do financiamento e gerenciamento.

Para atender plenamente à demanda do Ministério da Saúde por imunobiológicos, Bio-Manguinhos elaborou um planejamento para a aquisição de materiais de consumo, os quais estão incluídos no Planejamento Anual Orçamentário e associados às iniciativas estratégicas da unidade. Essa aquisição é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, permitindo à instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública e promover a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e aumenta a capacidade de resposta do país diante de desafios epidemiológicos.

A contratação de serviços e produtos no âmbito da saúde pública, como os oferecidos pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, é de extrema importância para garantir o acesso da população a vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos. Essa essencialidade está diretamente ligada à missão da instituição de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que afetam a qualidade de vida da população brasileira.

De acordo com o previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o interesse público está intrinsecamente relacionado à necessidade de garantir a disponibilização contínua de produtos essenciais à saúde. A produção e o fornecimento de imunobiológicos não respondem apenas a uma demanda imediata, mas também ao imperativo de inovação e autonomia tecnológica do Brasil no setor de biotecnologia. Essa estratégia é vital para enfrentar os desafios epidemiológicos e assegurar que a população tenha acesso a tratamentos eficazes e preventivos.

Dessa forma, a contratação com Bio-Manguinhos fortalece a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender às necessidades da população, contribuindo para a implementação de políticas públicas de saúde que buscam aumentar a cobertura vacinal e a eficácia no diagnóstico e tratamento de doenças. Assim, a essência dessa contratação reside em garantir não apenas a continuidade da produção de itens essenciais, mas também em promover a saúde e o bem-estar da sociedade como um todo.

Pedidos de compras: 220198 e 221738

A aquisição das agulhas e seringas é indispensável para garantir a qualidade e a confiabilidade dos testes realizados, em conformidade com as exigências do Ministério da Saúde relativas à produção e ao controle de qualidade de imunobiológicos.

Esses materiais serão utilizados na Seção de Avaliação Microbiológica (SEMIC) e são fundamentais para a execução adequada das análises de controle microbiológico de insumos, imunobiológicos e biofármacos produzidos por Bio-Manguinhos, visando o atendimento de forma contínua e satisfatória à programação estabelecida pelo Ministério da Saúde.

Pedido de compras: 221739

A aquisição do tubo é necessária, pois o insumo é utilizado para coleta de sangue de cabras para produção de antissoro policlonal de caxumba, sarampo, rubéola e febre amarela. A não utilização do insumo pela SECOV impede a produção de antissoro policlonal, impossibilitando a realização dos ensaios de liberação de PPC, devido a obrigatoriedade do uso de antissoro nos métodos analíticos.

Com o objetivo de atender à demanda de produção e à execução das validações, o insumo torna-se fundamental na rotina de liberação do IFA de caxumba, sarampo, rubéola e febre amarela, especificamente nos ensaios relacionados à detecção de agentes adventícios de PPC.

Pedidos de compras: 220199, 220200, 221740, 221741, 221742

A aquisição de seringas e agulhas descartáveis é essencial para garantir a continuidade, a segurança e a confiabilidade das atividades laboratoriais, analíticas e produtivas de Bio-Manguinhos, assegurando o cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico, bem como dos contratos firmados com o Ministério da Saúde. Esses insumos são amplamente utilizados nas rotinas de controle de qualidade, produção, pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia, envolvendo preparo de amostras, medições volumétricas, coleta, transferência e manipulação de soluções e materiais biológicos, exigindo precisão, assepsia e integridade dos processos.

Trata-se de materiais de uso contínuo e consumo elevado, cuja indisponibilidade pode ocasionar interrupções nas atividades laboratoriais e produtivas, impactando diretamente prazos de liberação, cronogramas de produção e atendimentos regulatórios. O uso de insumos fora de especificação pode resultar em imprecisão volumétrica, risco de contaminação cruzada, exposição ocupacional e comprometimento da confiabilidade e da rastreabilidade dos resultados analíticos, em desacordo com os requisitos de biossegurança e das Boas Práticas de Laboratório (BPL) e de Fabricação (BPF).

As seringas e agulhas devem atender rigorosamente aos requisitos técnicos e regulatórios aplicáveis, incluindo esterilidade comprovada, precisão volumétrica, compatibilidade dimensional, integridade do material, registro ou regularização junto à ANVISA e conformidade com normas técnicas vigentes, assegurando a qualidade, a segurança dos usuários e a manutenção da confiabilidade dos processos laboratoriais e produtivos de Bio-Manguinhos.

Pedidos de compras: 220201 e 221750

A contratação do tubo e da agulha é necessária para viabilizar a execução das análises de controle de qualidade de produtos sorológicos, incluindo produtos intermediários, matérias-primas e produtos acabados, bem como estudos de estabilidade, atendimentos de SAC e análises internas, assegurando a conformidade dos produtos com os requisitos técnicos e regulatórios. Os materiais serão utilizados no setor de Controle de Qualidade, sendo essenciais para a manutenção da rotina analítica e da confiabilidade dos resultados obtidos.

O uso dos materiais é direcionado às análises de imunocromatografia, imunofluorescência indireta e ensaios imunoenzimáticos, fundamentais para a avaliação do desempenho e da aptidão de reativos para diagnóstico produzidos por Bio-Manguinhos. Essas atividades são estratégicas para garantir a qualidade, a segurança e a confiabilidade de produtos como TR DPP® HIV 1/2 SSP, TR DPP® LVC, Autoteste HIV 1/2, TR Dengue NS1, TR Dengue IgM/IgG, TR Tuberculose, EIE LVC, IFI Chagas, IFI Leishmaniose Humana, TR Malária Pf/Pv Ag, TR Sífilis/HIV Combo e TR DPP® Imunoblot Rápido HIV 1/2, assegurando a liberação de produtos em conformidade com os padrões exigidos.

Pedidos de compras: 220732, 221743, 221745, 221746

A aquisição de materiais de consumo, tais como seringa, escalpe, cateter, agulha, tubo e atadura, é necessária para assegurar a continuidade e a eficiência das atividades assistenciais realizadas pela Divisão de Saúde do Trabalhador de Bio-Manguinhos. Esses itens integram o Planejamento Anual Orçamentário da unidade e estão alinhados às iniciativas estratégicas institucionais, contribuindo indiretamente para o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde no fornecimento de imunobiológicos, ao garantir condições adequadas de saúde e segurança aos colaboradores da unidade.

Os materiais solicitados são utilizados rotineiramente no pronto atendimento médico, em campanhas de vacinação e em situações de emergência, sendo essenciais para a realização de procedimentos clínicos básicos, curativos, administração de medicamentos, coleta de amostras e estabilização inicial de pacientes. A disponibilidade contínua desses insumos é fundamental para a manutenção dos serviços de saúde ocupacional, prevenindo interrupções no atendimento, assegurando resposta rápida a intercorrências clínicas e promovendo a saúde, o bem-estar e a segurança dos trabalhadores de Bio-Manguinhos.

Pedido de compras: 221752

A aquisição do item é imprescindível para garantir a execução segura e eficiente das técnicas experimentais realizadas em animais utilizados nos ensaios pré-clínicos. A indisponibilidade desse insumo compromete diretamente a condução, a finalização e a confiabilidade dos resultados dos estudos, podendo impactar os cronogramas e a qualidade das atividades experimentais.

O item será utilizado no Laboratório de Ensaios Pré-Clínicos (LAEPC), no âmbito dos testes não clínicos de controle de qualidade de vacinas e biofármacos produzidos por Bio-Manguinhos, sendo aplicado em procedimentos como hemostasia por compressão, manipulação de tecidos e amostras, entre outras técnicas experimentais. A disponibilidade contínua desse material é essencial para assegurar a integridade dos ensaios, o atendimento aos protocolos estabelecidos e a confiabilidade dos dados gerados.

Pedido de compras: 221753

Os itens serão utilizados no âmbito do Projeto de Transferência de Tecnologia (TT) Rotavírus, destinados às atividades de produção do anticorpo 2C9 em biorreator de fibra oca, assegurando que todos os procedimentos sejam executados em conformidade com as normas de segurança e regulamentações vigentes. Esses itens são essenciais para garantir a segurança, a eficácia e a confiabilidade das atividades relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, ao controle de qualidade e à produção de vacinas e biofármacos, que constituem processos críticos do Laboratório de Tecnologia Imunológica (LATIM).

A quantidade planejada corresponde a uma estimativa da necessidade anual do laboratório, estabelecida com base no consumo previsto, na análise do estoque vigente e no giro dos materiais, permitindo a adequada programação de reposição e evitando desabastecimentos ou excedentes. Adicionalmente, são considerados os contratos vigentes com fornecedores, de modo a assegurar prazos de entrega e condições de fornecimento compatíveis com a demanda operacional, contribuindo para uma gestão eficiente, contínua e racional dos insumos ao longo do exercício.

Pedido de compras: 221754

A aquisição do insumo é essencial para a produção do biofármaco **Etanercept**, no âmbito das atividades do Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE). O material planejado contribui diretamente para a eficácia, a estabilidade e a qualidade do produto, estando alinhado às estratégias institucionais de garantia da qualidade e da eficácia dos produtos farmacêuticos fabricados por Bio-Manguinhos.

A seringa descartável apirogênica de **60 mL**, com conexão **Luer Lock** e sem agulha, é utilizada no Projeto Etanercept como material de apoio às atividades de manipulação, transferência e amostragem de líquidos em rotinas laboratoriais, produtivas e de controle de qualidade. O insumo é empregado na aspiração e dispensação controlada de meios de cultura, soluções tampão, reagentes, intermediários de processo e amostras, permitindo operações seguras e precisas, especialmente em sistemas fechados ou acoplados a filtros e conexões Luer. Por ser apirogênica e de uso único, a seringa reduz os riscos de contaminação microbiológica e endotóxica, contribuindo para a integridade das amostras, a reprodutibilidade das operações e o atendimento às exigências de Boas Práticas de Fabricação e aos requisitos regulatórios aplicáveis ao desenvolvimento e à produção do biofármaco Etanercept.

A seringa descartável apirogênica de 60 mL, com conexão Luer Lock e sem agulha, não possui marca específica definida; contudo, suas especificações técnicas refletem histórico de qualidade e desempenho consistente ao longo de sua utilização no Projeto Etanercept. O material encontra-se aprovado no âmbito da Transferência de Tecnologia do Projeto Etanercept, conforme a Fundamentação Legal do Contrato nº 27/2019, celebrado com os parceiros privados Samsung Bioepis e Bionovis S.A., sendo esse alinhamento técnico essencial para assegurar a inalterabilidade dos resultados, a reprodutibilidade dos processos e a manutenção do rigor exigido no controle de qualidade, em conformidade com as Boas Práticas e os requisitos regulatórios aplicáveis.

A quantidade das matérias-primas requisitadas foi calculada com base na projeção de produção a ser realizada no LABPE, nas especificações adotadas no processo de fabricação do biofármaco Etanercept e nas atividades essenciais do laboratório, considerando ainda margens de segurança para eventuais ajustes de processo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
LABPE	Marcia Christina Vasconcelos Archer da Motta
LATIM	Ana Paula Dinis Ano Bom
SECOV	Rodrigo Maciel da Costa Godinho

SECMO
SEMPR
SEMIC
LAEPC
SEAPQ
SEPRA
SEPMI

Daniel da Silva Guedes Junior
Simone Ferreira Rodrigues Fernandes
Rodrigo Maciel da Costa Godinho
Alex Costa de Almeida
Simone Ferreira Rodrigues Fernandes
Ingrid Campos de Matos
Simone Ferreira Rodrigues Fernandes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento teve como objetivo verificar e demonstrar que a solução proposta, **Aquisição de material de consumo hospitalar**, representa, de forma inequívoca, a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, superando outras possibilidades analisadas para suprir a necessidade identificada. A análise realizada comprovou a pertinência da escolha e evidenciou a racionalidade administrativa que fundamenta a decisão.

A opção pela aquisição em questão não se limita ao atendimento de uma demanda pontual, mas está definitivamente alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Tais fundamentos consolidam a legitimidade do processo e demonstram, com segurança, que a decisão adotada garante o melhor interesse coletivo, preservando a qualidade dos serviços prestados e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

6. Descrição da solução como um todo

Nesta seção, descreve-se a solução técnica proposta para atender à necessidade administrativa, incluindo as características essenciais e os requisitos preliminares. A solução especificada visa manter em operação todo o parque fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, bem como seus projetos e

laboratórios onde são realizadas análises físico-químicas e estudos. Esse modelo, já em uso, otimiza o processo, reduzindo desperdícios de tempo e de informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de simplificar procedimentos administrativos e reduzir custos financeiros.

A fundamentação legal específica para a aquisição será devidamente detalhada no Termo de Referência (TR), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. No TR, serão definidos os dispositivos legais que sustentam a contratação, contemplando os critérios de economicidade, eficiência e sustentabilidade. A justificativa para cada etapa será embasada nos princípios da Administração Pública e na aderência às normas vigentes, garantindo clareza, transparência e segurança jurídica ao processo, de modo a assegurar a solução mais vantajosa para o interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Método da estimativa da demanda.

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários.

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

- a. Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;
- b. Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade (quando couber);
- c. Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;
- d. Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano seguinte;
- e. Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

7.2 Estimativa da quantidade a ser contratada:

Pedido	Item	Descrição	UN	Qtd
220198	9833	AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 40X16; CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	600
220199	9846	SERINGA DESC;CAP 5ML;SEM AGULHA	UN	800
220200	9846	SERINGA DESC;CAP 5ML;SEM AGULHA	UN	300
220201	22778	TUBO;COLETA SANGUE;4ML;C/K2EDTA;EST;DESC;À VÁCUO	UN	8000
220732	9846	SERINGA DESC;CAP 5ML;SEM AGULHA	UN	400
221738	9847	AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 25X8,0; CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	1800
221738	9852	SERINGA DESCARTÁVEL; APIROGÊNICA; CAP 1ML; EMBALADA INDIV	UN	600
221738	9883	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 10ML;S/ AGULHA;DIV 0,2ML	UN	650
221739	32325	TUBO;COLETA;PLAS;TRANSP;SANGUE;GEL SEPARADOR;8,5ML;CX100UN	CX	30
221740	42706	SERINGA;PP;DESCARTAVEL;CONECTOR;LUER LOK;10 ML	UN	100
221740	9851	AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA	UN	300
221740	9857	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 60ML;LUER LOCK;S/ AGULHA	UN	100
221741	9851	AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA	UN	8000
221742	9851	AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA	UN	300

221742	64904	AGULHA,HIPODERMICA;ESTERIL;30GX1/2 (0,30x13MM);CX100UN	CX	3
221743	9847	AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 25X8,0; CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	300
221743	9852	SERINGA DESCARTÁVEL; APIROGÊNICA; CAP 1ML; EMBALADA INDIV	UN	500
221743	13057	ESCALPE (SCALP); EST; DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA	UN	200
221743	28459	CATETER,INTRAVENOSO;JELCO22;AZ;22G;0,9X25MM	UN	100
221743	9830	AGULHA,DESCARTAVEL;ESTERIL;20X5,5;CX100UN	UN	400
221743	9854	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICO;CAP 10ML;PP;ATÓXICO;S/AGULHA	UN	400
221743	9856	SERINGA DESC;CAP 3ML;SEM AGULHA	UN	2500
221745	23613	TUBO;PP;ENDOTRAQUEAL;COM BALONETE;Nº 7,5	UN	1
221745	23614	TUBO;PP;ENDOTRAQUEAL;COM BALONETE;Nº 8	UN	1
221746	9926	ATADURA DE CREPE EM ALGODÃO; PT 12RL MED 15CMX4,5M	PT	4
221750	22884	AGULHA;COLETA SANGUE;AI;21GX1;LUER LOCK;EST;DESC;A VACUO	UN	2000
221750	22885	AGULHA;HIPODERMICA;CORPO AI;EST;DESC;CONECTOR LUER;0,70X25MM	UN	3000
221752	44587	COMPRESSA,GAZE;ESTERIL;7,5X7,5CM;09 FIOS CM2;PT 10UN	PT	400
221753	42706	SERINGA;PP;DESCARTAVEL;CONECTOR;LUER LOK;10 ML	UN	20
221753	9857	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 60ML;LUER LOCK;S/ AGULHA	UN	100
221754	9857	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 60ML;LUER LOCK;S/ AGULHA	UN	200

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Diante do aumento da demanda identificado pelos programas do Ministério da Saúde e da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, a estimativa de quantidades de materiais de consumo reflete esse crescimento. Com base nos dados históricos das aquisições anteriores, observamos um incremento significativo na necessidade de insumos devido ao aumento da capacidade de produção da unidade Bio-Manguinhos/Fiocruz e ao crescimento da demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). O material é necessário para garantir a continuidade das operações e o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, a projeção para o período contempla um aumento dos quantitativos, a fim de atender plenamente as novas exigências operacionais e os programas de saúde pública.

Item	Descrição	UN	2022	2023	2024	2025	2026
22778	TUBO;COLETA SANGUE;4ML;C/K2EDTA;EST; DESC;À VÁCUO	UN	0	2000	5000	0	8000
9851	AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA	UN	0	2400	7500	0	8600
9830	AGULHA,DESCARTAVEL;ESTERIL;20X5,5; CX100UN	UN	0	400	800	100	400
9856	SERINGA DESC;CAP 3ML;SEM AGULHA	UN	4650	0	5300	50	2500
44587	COMPRESSA,GAZE;ESTERIL;7,5X7,5CM;09 FIOS CM2;PT 10UN	PT	100	100	100	50	400

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Item	Descrição	UN	2022	2023	2024	2025	2026
9846	SERINGA DESC;CAP 5ML;SEM AGULHA	UN	2040	3030	7050	0	1500

9847	AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 25X8,0; CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	1200	2800	7100	0	2100
9852	SERINGA DESCARTÁVEL; APIROGÊNICA; CAP 1ML; EMBALADA INDIV	UN	4000	3100	0	0	1100
9883	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 10ML;S/ AGULHA;DIV 0,2ML	UN	2100	3970	0	1400	650
32325	TUBO,COLETA;PLAS;TRANSP;SANGUE;GEL SEPARADOR;8,5ML;CX100UN	CX	40	55	32	200	30
42706	SERINGA;PP;DESCARTAVEL;CONECTOR;LUER LOK;10 ML	UN	100	500	250	0	120
9857	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 60ML;LUER LOCK;S/ AGULHA	UN	300	1652	0	0	400
13057	ESCALPE (SCALP); EST; DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA	UN	700	300	0	400	200
9854	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICO;CAP 10ML;PP;ATÓXICO;S/AGULHA	UN	970	1500	1050	1000	400

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Com base nos dados históricos de consumo e no planejamento estratégico de Bio-Manguinhos/Fiocruz, a demanda por insumos para a produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos tem se mantido estável nos últimos anos. Dessa forma, a estimativa de quantidades a serem contratadas para este ciclo segue o padrão médio observado anteriormente, sem variações significativas. O planejamento para a aquisição de materiais de consumo considera as demandas dos programas do Ministério da Saúde e as necessidades operacionais da unidade, de modo a garantir a continuidade da produção e o atendimento integral ao SUS, mantendo a estimativa de compra alinhada aos volumes previamente adquiridos.

Item	Descrição	UN	2022	2023	2024	2025	2026
28459	CATETER,INTRAVENOSO;JELCO22;AZ;22G;0,9 X25MM	UN	0	0	0	100	100
23613	TUBO;PP;ENDOTRAQUEAL;COM BALONETE;Nº 7,5	UN	0	1	1	0	1
23614	TUBO;PP;ENDOTRAQUEAL;COM BALONETE;Nº 8	UN	0	1	1	0	1
9926	ATADURA DE CREPE EM ALGODÃO; PT 12RL MED 15CMX4,5M	PT	0	6	4	0	4
22884	AGULHA;COLETA SANGUE;AI;21GX1;LUER LOCK;EST;DESC;A VACUO	UN	0	2000	0	2000	2000
22885	AGULHA;HIPODERMICA;CORPO AI;EST;DESC; CONECTOR LUER;0,70X25MM	UN	0	2000	3000	3100	3000

Como se trata de item recentemente cadastrado e/ou sem histórico de aquisições anteriores, a estimativa das quantidades será baseada em projeções técnicas e nos parâmetros estabelecidos pela demanda do Ministério da Saúde. A definição das quantidades levou em consideração as previsões de utilização no processo produtivo de Bio-Manguinhos/Fiocruz, alinhadas ao plano de expansão industrial e às necessidades do SUS. A projeção inicial foi elaborada com base em estudos de demanda, levando em conta a capacidade produtiva da unidade, o cronograma de implementação de novos produtos e o impacto esperado desse item na cadeia de produção.

Item	Descrição	UN	2022	2023	2024	2025	2026
9833	AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 40X16; CAIXA COM 100 UNIDADES	UN	0	0	0	0	600
64904	AGULHA,HIPODERMICA;ESTERIL;30GX1/2 (0,30 x13MM);CX100UN	CX	0	0	0	0	3

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 17.112,08

O valor dessa contratação está estimado em R\$ 17.112,08 (dezesete mil, cento e doze reais e oito centavos).

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade/aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65 /2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo parcelamento do objeto mostra-se tecnicamente adequada, considerando a natureza dos itens a serem adquiridos, a diversidade de fornecedores existentes no mercado e a necessidade de ampliar a competitividade. A contratação parcelada, por item ou por agrupamentos tecnicamente homogêneos, possibilita a participação de fornecedores especializados, favorece a inclusão de micro e pequenas empresas, evita a concentração de mercado e contribui para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Adicionalmente, o parcelamento permite maior flexibilidade na execução da contratação, com melhor adequação às necessidades reais de consumo, ao planejamento das entregas e à capacidade de armazenamento da Administração. Essa estratégia também contribui para a mitigação de riscos logísticos, operacionais e de desabastecimento, bem como para o aprimoramento do controle contratual e do acompanhamento da execução, assegurando maior eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2025, com a previsão de execução no exercício de 2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022. A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) para o ano de 2026, alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

- I) ID PCA PNCP: 33781055000135-0-000007/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025

Classe	Desc da Classe	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA
6515	INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS	254445-23/2026	392
4710	CANOS E TUBOS	254445-23/2026	280

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na cadeia de inovação e em desenvolvimento tecnológico é uma marca do instituto, assim como o domínio de tecnologias de ponta e avançados processos de produção. Parcerias com outras instituições públicas e privadas- garantem acordos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a evolução dos projetos do instituto. O cumprimento dos requerimentos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) assim como a certificação de qualidade de seus laboratórios fazem do Instituto um importante agente para a melhoria da saúde pública do país. Os resultados esperados com a aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, garantir o bom funcionamento dos equipamentos com confiabilidade dos resultados, atendendo assim as exigências de boas práticas de fabricação. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano. Evitar parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS:

14.1. Redução do Consumo de Energia:

- Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.
- Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.
- Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.
- Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

14.2. Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.
- Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.
- Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.
- Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.
- Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª edição, agosto de 2021), verificamos que a licitação /contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

15. Local e Data

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2026.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, **com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas**, caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANA PAULA DINIS ANO BOM

Equipe de Planejamento

RODRIGO MACIEL DA COSTA GODINHO

Equipe de Planejamento

DANIEL DA SILVA GUEDES JUNIOR

Equipe de Planejamento

SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES

Equipe de Planejamento

ALEX COSTA DE ALMEIDA

Equipe de Planejamento

INGRID CAMPOS DE MATOS

Equipe de Planejamento

MARCIA CHRISTINA VASCONCELOS ARCHER DA MOTTA

Equipe de Planejamento

MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA

Equipe de Fiscalização

CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI

Equipe de Fiscalização

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI_5572835_Justificativa.pdf (62.6 KB)
- Anexo II - SEI_5578642_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_Pedido_220200.pdf (62.66 KB)
- Anexo III - SEI_5597486_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_Pedido_220199.pdf (62.43 KB)
- Anexo IV - SEI_5600941_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_Pedido_220198.pdf (62.23 KB)
- Anexo V - SEI_5635951_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_221752_LAEPC.pdf (64.9 KB)
- Anexo VI - SEI_5636461_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_220732.pdf (70.32 KB)
- Anexo VII - SEI_5644592_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_221753_LATIM.pdf (56.74 KB)
- Anexo VIII - SEI_5656027_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_Pedido_221738_SEMIC.pdf (62.12 KB)
- Anexo IX - SEI_5658525_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_Pedido_221739_SECOV.pdf (59.16 KB)
- Anexo X - SEI_5670334_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_Pedido_221742_SEAPQ.pdf (63.71 KB)
- Anexo XI - SEI_5671433_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_Pedido_221740_SEMPR.pdf (63.81 KB)
- Anexo XII - SEI_5672318_Justificativa.pdf (61.99 KB)
- Anexo XIII - SEI_5675171_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_221743_.pdf (62.37 KB)
- Anexo XIV - SEI_5675791_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_221745.pdf (60.62 KB)
- Anexo XV - SEI_5676458_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_221746.pdf (62.34 KB)
- Anexo XVI - SEI_5687261_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_Pedido_221741_SEPFI.pdf (64.02 KB)
- Anexo XVII - SEI_5753052_Justificativa_Tecnica_para_material_de_consumo_sem_marca_221754_LABPE.pdf (57.04 KB)

JUSTIFICATIVA

Processo nº 25386.001630/2025-10

Interessado: NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO VDIAG, NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO VOPER

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL: 22778

Pedido de Compra: 220201

Item/ Descrição: TUBO;COLETA SANGUE;4ML;C/K2EDTA;EST;DESC;À VÁCUO

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: ANÁLISES DE CONTROLE DE QUALIDADE DE PRODUTOS SOROLÓGICOS (PRODUTOS intermediários, matéria prima e produto acabado), estudos de estabilidade, SAC e análises internas.

Local de Uso: Controle de qualidade.

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: USO DIRECIONADO PARA AS ANÁLISES DE IMUNOCROMATOGRAFIA, IMUNOFLUORESCÊNCIA indireta, ensaio imunoenzimático.

RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA: MATERIAL DESTINADO ÀS ANÁLISES DE CONTROLE DE QUALIDADE DE REATIVOS PARA DIAGNÓSTICO, VISANDO ASSEGURAR A APTIDÃO E CONFIABILIDADE DOS ITENS PRODUZIDOS, COMO POR EXEMPLO: TR DPP® HIV 1/2 SSP, TR DPP® LVC, AUTOTESTE HIV 1/2, TR DENGUE NS1, TR DENGUE IGM/IGG, TR TUBERCULOSE, EIE LVC, IFI CHAGAS, IFI LEISHMANIOSE HUMANA, TR MALÁRIA Pf/Pv Ag, TR SÍFILIS/HIV Combo, TR DPP® Imunoblot Rápido HIV 1/2. Tal atividade garante a qualidade dos produtos.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não Aplicável.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

QUANTIDADE CALCULADA BASEADA NA PREVISÃO DE ENTREGAS PREVISTAS PARA O ANO DE 2026 E DE ACORDO COM A amostragem realizada e de análises a ser feita por produto.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DA SILVA GUEDES JUNIOR, Chefe de Departamento**, em 30/10/2025, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5572835** e o código CRC **7436D301**.

Referência: Processo nº 25386.001630/2025-10

SEI nº 5572835

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 220200

Item/ Descrição: 9846 SERINGA DESC;CAP 5ML;SEM AGULHA

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Para garantir o cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico de maneira eficiente, é imprescindível a aquisição deste item. Ele desempenha papel essencial no suporte aos processos em diferentes etapas das produções, que compõem o portfólio de Bio-Manguinhos. Essa aquisição assegura o atendimento às novas demandas de produção, possibilitando o pleno cumprimento dos contratos de fornecimento firmados com o Ministério da Saúde.

Local de Uso: SEAPQ/LAFIQ/DEQUA

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: A aquisição de seringas descartáveis de 5 mL, sem agulha, tem como objetivo assegurar a execução segura, precisa e higiênica das atividades laboratoriais e produtivas realizadas em Bio-Manguinhos, incluindo preparo de amostras, medições volumétricas, manipulação de reagentes e etapas de processos analíticos e de produção.

Essas seringas são utilizadas em diferentes rotinas laboratoriais, garantindo controle de volume, prevenção de contaminações cruzadas e integridade das amostras durante os procedimentos técnicos.

RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA: A aquisição está em perfeita consonância com o planejamento orçamentário anual de Bio-Manguinhos, reforçando seu compromisso com as estratégias institucionais para o fornecimento de imunobiológicos. Atender às demandas do Ministério da Saúde não apenas assegura a continuidade das operações, mas também fortalece a posição estratégica da unidade como fornecedora de produtos essenciais para a saúde pública.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

O item é essencial para o desempenho das atividades laboratoriais e produtivas, uma vez que as seringas descartáveis de 5 mL proporcionam medições precisas, operação asséptica e eliminação do risco de contaminação residual, assegurando a qualidade e confiabilidade dos resultados obtidos.

As seringas devem atender a padrões técnicos e normativos, como registro na ANVISA, certificação ISO 13485 e conformidade com as Boas Práticas de Fabricação (BPF). Além disso, devem ser livres de látex, apirogênicas e esterilizadas por óxido de etileno, garantindo segurança no uso e compatibilidade com os processos laboratoriais e produtivos de Bio-Manguinhos.

O uso de seringas genéricas ou sem comprovação de qualidade pode resultar em imprecisão volumétrica, falhas de vedação e contaminações, comprometendo a confiabilidade das análises e a segurança dos operadores. Dessa forma, a aquisição de seringas que atendam aos requisitos técnicos e sanitários estabelecidos é indispensável para assegurar a padronização e rastreabilidade das operações laboratoriais.

A padronização do item garante uniformidade operacional, conformidade com as normas de biossegurança e rastreabilidade dos insumos utilizados, contribuindo para a manutenção das Boas Práticas de Laboratório (BPL) e Boas Práticas de Fabricação (BPF).

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade de cada material foi calculada com base na demanda histórica e nas exigências do controle de qualidade, considerando a frequência de utilização. A estimativa foi elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES, Chefe de Laboratório**, em 04/11/2025, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5578642** e o código CRC **DDCCD5C4**.

Referência: Processo nº 25386.001632/2025-09	SEI nº 5578642
--	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 220199

Item/ Descrição: 9846 SERINGA DESC;CAP 5ML;SEM AGULHA

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Para garantir o cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico de maneira eficiente, é imprescindível a aquisição deste item. Ele desempenha papel essencial no suporte aos processos em diferentes etapas das produções, que compõem o portfólio de Bio-Manguinhos. Essa aquisição assegura o atendimento às novas demandas de produção, possibilitando o pleno cumprimento dos contratos de fornecimento firmados com o Ministério da Saúde.

Local de Uso: SEMPR/LAFIQ/DEQUA

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: O item tem como objetivo realizar medições, manipulações e transferências precisas de líquidos durante as análises físico-químicas de matérias-primas, vacinas, reagentes e biofármacos, garantindo a exatidão e a segurança dos ensaios laboratoriais.

RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA: A aquisição está em perfeita consonância com o planejamento orçamentário anual de Bio-Manguinhos, reforçando seu compromisso com as estratégias institucionais para o fornecimento de imunobiológicos. Atender às demandas do Ministério da Saúde não apenas assegura a continuidade das operações, mas também fortalece a posição estratégica da unidade como fornecedora de produtos essenciais para a saúde pública.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

A seringa descartável de 5 mL, sem agulha, é amplamente utilizada em laboratórios de controle de qualidade para medições volumétricas e aplicações em cromatografia, preparo de amostras e diluições. Por se tratar de um material de uso comum, não há necessidade de padronização por marca, desde que o produto atenda aos requisitos técnicos de precisão volumétrica, vedação eficiente, compatibilidade química e certificação de esterilidade.

Dessa forma, qualquer fabricante que atenda às normas técnicas aplicáveis (como ISO 7886 e RDC 16/2013 da ANVISA) poderá fornecer o item, garantindo a funcionalidade e a confiabilidade necessárias às análises.

O item não é pré-qualificado nem padronizado, podendo ser adquirido de diferentes fabricantes, desde que cumpra as especificações técnicas e de qualidade exigidas pelo laboratório.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade de cada material foi calculada com base na demanda histórica e nas exigências do controle de qualidade, considerando a frequência de utilização. A estimativa foi elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES, Chefe de Laboratório**, em 07/11/2025, às 15:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5597486** e o código CRC **612F0024**.

Referência: Processo nº 25386.001632/2025-09

SEI nº
5597486

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 220198

Item/ Descrição: 9833- AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 40X16; CAIXA COM 100 UNIDADES

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Para garantir o cumprimento das exigências do Ministério da Saúde na produção de imunobiológicos, é essencial assegurar a qualidade e a confiabilidade dos testes realizados e atender de forma satisfatória a programação do Ministério da Saúde.

Local de Uso: O material será utilizado na Seção de Avaliação Microbiológica- SEMIC.

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: Os itens em questão são essenciais para a realização das análises de controle microbiológico de insumos, imunobiológicos e biofármacos de Bio-Manguinhos que são realizadas na Seção de Avaliação Microbiológica.

Relevância Científica e Estratégica: A aquisição está alinhada com o Planejamento Anual Orçamentário da Bio-Manguinhos e as iniciativas estratégicas da unidade, focando na manutenção da qualidade dos imunobiológicos fornecidos ao Ministério da Saúde.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não se aplica.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A estimativa de quantidades do item é calculada com base nas utilizações anteriores, juntamente com a programação estimada do ano subsequente, de acordo com os cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

A estimativa é elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MACIEL DA COSTA GODINHO, Técnico em Saúde Pública**, em 06/11/2025, às 13:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **IGOR BARBOSA DA SILVA, Chefe de Departamento**, em 06/11/2025, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5600941** e o código CRC **6EB63E61**.

Referência: Processo nº 25386.001632/2025-09	SEI nº 5600941
--	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221752

Item/ Descrição: 44587 - COMPRESSA,GAZE;ESTERIL;7,5X7,5CM;09 FIOS CM2;PT 10UN
66763 - PINÇA,CIRURGICA;ALLIS;18CM;5x6 DENTES
66764 - AFASTADOR,CIRURGICO;FARABEUF; 0,7 CMX10 CM; PAR

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: *Os itens são imprescindíveis para garantir a realização segura e eficiente de várias técnicas experimentais realizadas em animais utilizados em ensaios pré-clínicos.*

LOCAL DE Uso: Os itens serão utilizados pelo Laboratório de Ensaios Pré-clínicos (LAEPC) nos testes não clínicos do Controle de qualidade de vacinas e bio-fármacos.

Objetivo da Contratação: Os Itens são utilizados utilizado para realizar várias técnicas experimentais, como hemostasia por compressão, manipulação de tecidos e amostras, entre outras, nos diversos ensaios experimentais nos testes não clínicos do Controle de qualidade de vacinas e bio-fármacos produzidos por Bio-manguinhos, que são realizados no Laboratório de Ensaios Pré-Clínicos (LAEPC). A falta do insumo impacta diretamente na finalização e resultados dos ensaios realizados.

Relevância Científica e Estratégica: Controle e qualidade de vacinas e bio-fármacos de Bio-manguinhos.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não se aplica.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

As quantidades planejadas foram calculadas com base no estoque vigente e validades, visando atender a demanda anual de acordo com as atividades previstas em cronograma tanto de controle de qualidade de produtos existentes quanto de iniciativas internas e estratégicas, além dos projetos de Desenvolvimento tecnológico em andamento.



Documento assinado eletronicamente por **ALEX COSTA DE ALMEIDA, Chefe de Laboratório Substituto(a)**, em 17/11/2025, às 12:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5635951** e o código CRC **B44C95C4**.

Referência: Processo nº 25386.001631/2025-56	SEI nº 5635951
--	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 220732

Item/ Descrição: 220732 SERINGA DESC;CAP 5ML;SEM AGULHA

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Visando o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos, Bio-Manguinhos desenvolveu um planejamento para a aquisição de materiais de consumo. O item descrito consta do Planejamento Anual Orçamentário que está associado às iniciativas estratégicas da unidade.

Local de Uso: DISTR - SPRA

Objetivo da Contratação:

A Divisão de Saúde do Trabalhador presta serviços na parte de pronto atendimento médico e campanhas de vacinação. O item solicitado no pedido citado é utilizado na Divisão de Saúde do Trabalhador durante o pronto atendimento, bem como em emergências, sendo assim, de extrema importância para efetiva manutenção dos serviços, e para rotina diária da área, o que conseqüentemente irá atuar em prol da saúde dos colaboradores da Unidade de Bio-Manguinhos."

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

SERINGA DESC;CAP 5ML;SEM AGULHA

QUANTIDADE:

400

PEDIDO	ITEM	DESCRIÇÃO	CC	MARCA	UO	VICE	UNIDADE	QTD	DATA DA REQUISIÇÃO	DATA DE APROVAÇÃO	POM
220732	9846	SERINGA DESC;CAP 5ML;SEM AGULHA	23504010	SEM MARCA	SEPR	VGED	UN	400	05/11/2025		pom2026



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE DE ASSIS MENDES, Tecnologista em Saúde Pública**, em 19/11/2025, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5636461** e o código CRC **A3C02B76**.

Referência: Processo nº 25386.001634/2025-90

SEI nº 5636461

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221753

Item/Descrição: 42706 - SERINGA;PP;DESCARTAVEL;CONECTOR;LUER LOK;10 ML

9857 - SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 60ML;LUER LOCK;S/ AGULH

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

O(s) item(ns) será(ão) utilizado(s) no Projeto TT Rotavírus, para produção do anticorpo 2C9 em biorreator de fibra-oca, assegurando que os procedimentos estejam em conformidade com as normas de segurança e regulamentações vigentes, garantindo a segurança e eficácia das atividades, atendendo às demandas relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, controle de qualidade, produção de vacinas e biofármacos, processos essenciais que compõem o cerne de atividades do Laboratório de Tecnologia Imunológica (LATIM).

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não se aplica.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade planejada é uma estimativa que reflete a necessidade anual do laboratório, considerando tanto o consumo esperado quanto a análise do estoque vigente. Essa análise inclui o giro de estoque, que indica a frequência de utilização dos itens, permitindo identificar quais produtos precisam ser reabastecidos e quais estão em excesso. Além disso, é fundamental avaliar os contratos vigentes com fornecedores, garantindo que os prazos de entrega e condições de compra, atendam à demanda de forma eficiente. Essa abordagem integrada assegura que os recursos estejam sempre disponíveis, evitando faltas e excessos, e contribui para uma gestão mais eficaz dos materiais ao longo do ano.



Documento assinado eletronicamente por **ANA PAULA DINIS ANO BOM, Tecnologista em Saúde Pública**, em 26/11/2025, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5644592** e o código CRC **1819BADA**.

Referência: Processo nº 25386.001631/2025-56	SEI nº 5644592
---	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221738

Item/ Descrição: 9847- AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 25X8,0; CAIXA COM 100 UNIDADES

9852- SERINGA DESCARTÁVEL; APIROGÊNICA; CAP 1ML; EMBALADA INDIV

9883- SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 10ML;S/ AGULHA;DIV 0,2ML

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Para garantir o cumprimento das exigências do Ministério da Saúde na produção de imunobiológicos, é essencial assegurar a qualidade e a confiabilidade dos testes realizados e atender de forma satisfatória a programação do Ministério da Saúde.

Local de Uso: O material será utilizado na Seção de Avaliação Microbiológica- SEMIC.

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO Os itens em questão são essenciais para a realização das análises de controle microbiológico de insumos, imunobiológicos e biofármacos de Bio-Manguinhos que são realizadas na Seção de Avaliação Microbiológica.

Relevância Científica e Estratégica: A aquisição está alinhada com o Planejamento Anual Orçamentário da Bio-Manguinhos e as iniciativas estratégicas da unidade, focando na manutenção da qualidade dos imunobiológicos fornecidos ao Ministério da Saúde.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não se aplica porque o item solicitado não possui especificações que exijam padronização ou pré-qualificação.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A estimativa de quantidades do item é calculada com base nas utilizações anteriores, juntamente com a programação estimada do ano subsequente, de acordo com os cronogramas estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

A estimativa é elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **JOSIANE MACHADO VIEIRA MATTOSO, Tecnologista em Saúde Pública**, em 24/11/2025, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5656027** e o código CRC **543AB976**.

Referência: Processo nº 25386.001632/2025-09	SEI nº 5656027
---	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221739

Item/ Descrição:

9903 - BISTURI DESCARTÁVEL;Nº 24 (LÂMINA E CABO); ESTERILIZADO

32325 - TUBO,COLETA;PLAS;TRANSP;SANGUE;GEL SEPARADOR;8,5ML;CX100UN

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

Problema a ser resolvido:

Item 9903 - Insumo fundamental na rotina de liberação de IFA de caxumba, sarampo e febre amarela, especificamente no procedimento operacional padrão de produção de CEF.

Item 32325 -Insumo fundamental na rotina de liberação de IFA de caxumba, sarampo, rubéola e febre amarela, especificamente nos ensaios relacionados a agentes adventícios de PPC.

Local de Uso: Controle de Qualidade.

Objetivo da Contratação:

Item 9903 - Insumo utilizado para produção de CEF, especificamente na etapa de processamento dos embriões. A não utilização do item impede a realização da produção de CEF, que impossibilita a liberação de lotes de caxumba, sarampo e febre amarela.

Item 32325 - Insumo utilizado para coleta de sangue de cabras para produção de antissoro policlonal de caxumba, sarampo, rubéola e febre amarela. A não utilização do insumo pela SECOV impede a produção de antissoro policlonal, impossibilitando a realização dos ensaios de liberação de PPC, devido a obrigatoriedade do uso de antissoro nos métodos analíticos.

Relevância Científica e Estratégica:

Item 9903 - Liberação de vacinas de caxumba, sarampo e febre amarela através do procedimento operacional padrão de produção de CEF.

Item 32325 - Liberação de vacinas de caxumba, sarampo, rubéola e febre amarela através de ensaios de agentes adventícios.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não se aplica porque os itens solicitados não possuem especificações que exijam padronização ou pré-qualificação.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

Item 9903 - O quantitativo foi solicitado visando a quantidade de lotes de caxumba, sarampo e febre amarela estimados para produção em Bio-Manguinhos no ano de 2026.

Item 32325 - Quantidade atende a demanda de PPC de caxumba, sarampo, rubéola e suspensão viral de

febre amarela estimados para produção em Bio-Manguinhos informadas para 2026 e para realização das validações para implementação dos métodos.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO MACIEL DA COSTA GODINHO**, Técnico em Saúde Pública, em 24/11/2025, às 15:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5658525** e o código CRC **0A2AC508**.

Referência: Processo nº 25386.001632/2025-09

SEI nº
5658525

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221742

Item/ Descrição: 64904 AGULHA,HIPODERMICA;ESTERIL;30GX1/2 (0,30x13MM);CX100UN
9851 AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Para garantir o cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico de maneira eficiente, é imprescindível a aquisição deste item. Ele desempenha papel essencial no suporte aos processos em diferentes etapas das produções, que compõem o portfólio de Bio-Manguinhos. Essa aquisição assegura o atendimento às novas demandas de produção, possibilitando o pleno cumprimento dos contratos de fornecimento firmados com o Ministério da Saúde.

Local de Uso: SEAPQ/LAFIQ/DEQUA

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: A aquisição dos itens tem como objetivo garantir a execução adequada das atividades previstas nos projetos e etapas de Transferência de Tecnologia (TT) relacionadas à Vacina Hexavalente e à Somatropina. Esses materiais são essenciais para manipulação de amostras, preparo de insumos, ensaios laboratoriais e demais rotinas técnicas que demandam precisão, segurança e esterilidade, assegurando a continuidade e a confiabilidade das operações.

RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA: A aquisição está em perfeita consonância com o planejamento orçamentário anual de Bio-Manguinhos, reforçando seu compromisso com as estratégias institucionais para o fornecimento de imunobiológicos. Atender às demandas do Ministério da Saúde não apenas assegura a continuidade das operações, mas também fortalece a posição estratégica da unidade como fornecedora de produtos essenciais para a saúde pública.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

As agulhas hipodérmicas solicitadas, independentemente de marca específica, são indispensáveis às rotinas laboratoriais que envolvem coleta, transferência e aplicação de pequenos volumes de amostras e soluções. As medidas especificadas (30G x 1/2 e 30 x 8 – 21G 1 1/4) atendem às necessidades distintas dos procedimentos executados nos projetos, garantindo compatibilidade com seringas utilizadas e proporcionando manipulação segura e adequada conforme os protocolos internos.

A ausência de marca específica não compromete a qualidade do processo, pois o que determina a adequação é o atendimento rigoroso às especificações técnicas: esterilidade, compatibilidade dimensional, integridade do bisel e conformidade com normas aplicáveis para dispositivos médicos. Assim, diversos fabricantes podem atender ao requisito, garantindo competitividade no processo de aquisição e manutenção do padrão de qualidade exigido.

Embora não haja marca definida, o laboratório adota padronização baseada em especificações técnicas mínimas, garantindo que qualquer fornecimento futuro mantenha uniformidade e desempenho esperado. As dimensões, calibre, esterilidade e conformidade regulatória, são os critérios fundamentais para aceitação das agulhas, assegurando sua adequação aos procedimentos dos projetos da Vacina Hexavalente e da Somatropina, bem como alinhamento com as práticas já utilizadas rotineiramente nas áreas envolvidas.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade de cada material foi calculada com base na demanda histórica e nas exigências do controle de qualidade, considerando a frequência de utilização. A estimativa foi elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES, Chefe de Laboratório**, em 26/11/2025, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5670334** e o código CRC **B90FFDBD**.

Referência: Processo nº 25386.001632/2025-09	SEI nº 5670334
--	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221740

Item/ Descrição: 42706 - SERINGA;PP;DESCARTAVEL;CONECTOR;LUER LOK;10 ML

9851 - AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA

9857 - SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 60ML;LUER LOCK;S/ AGULHA

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Para garantir o cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico de maneira eficiente, é imprescindível a aquisição deste item. Ele desempenha papel essencial no suporte aos processos em diferentes etapas das produções, que compõem o portfólio de Bio-Manguinhos. Essa aquisição assegura o atendimento às novas demandas de produção, possibilitando o pleno cumprimento dos contratos de fornecimento firmados com o Ministério da Saúde.

Local de Uso: SEMPL/LAFIQ/DEQUA

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: A aquisição dos itens tem como objetivo suprir as necessidades do setor de Análise de Matérias-Primas – Vacinas, Reativos e Biofármacos, garantindo a correta manipulação, coleta, transferência e preparo de amostras e reagentes utilizados nos ensaios físico-químicos e microbiológicos. As seringas e agulhas asseguram precisão volumétrica, esterilidade e segurança durante as atividades analíticas rotineiras.

RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA: A aquisição está em perfeita consonância com o planejamento orçamentário anual de Bio-Manguinhos, reforçando seu compromisso com as estratégias institucionais para o fornecimento de imunobiológicos. Atender às demandas do Ministério da Saúde não apenas assegura a continuidade das operações, mas também fortalece a posição estratégica da unidade como fornecedora de produtos essenciais para a saúde pública.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

As seringas e agulhas descartáveis são insumos essenciais nas operações laboratoriais, sendo empregadas no preparo de soluções, transferência de líquidos, coleta de alíquotas, ajuste de volumes e demais procedimentos que exigem precisão e condições assépticas. Devido ao uso contínuo, esses materiais possuem consumo elevado e necessitam reposição frequente para garantir a continuidade e a confiabilidade das análises.

A aquisição é necessária para evitar interrupções nos processos de controle de qualidade, além de assegurar que todos os procedimentos sejam realizados com materiais íntegros, estéreis e compatíveis com as rotinas do laboratório. A ausência desses itens comprometeria a execução das análises e poderia impactar diretamente prazos, segurança e rastreabilidade dos resultados.

Para os itens solicitados, não há pré-qualificação nem padronização por marca, uma vez que seringas e agulhas descartáveis são materiais amplamente disponíveis no mercado, fabricados conforme normas técnicas consolidadas e padrões internacionais de esterilidade, segurança e compatibilidade. Assim, qualquer fornecedor que atenda às especificações técnicas mínimas, certificações sanitárias e requisitos de qualidade pode ser considerado apto ao fornecimento.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade de cada material foi calculada com base na demanda histórica e nas exigências do controle de qualidade, considerando a frequência de utilização. A estimativa foi elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES, Chefe de Laboratório**, em 26/11/2025, às 17:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5671433** e o código CRC **079B0DAE**.

Referência: Processo nº 25386.001632/2025-09	SEI nº 5671433
--	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA

Processo nº 25386.001630/2025-10

Interessado: NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO VDIAG, NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO VOPER

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL: 22884

Pedido de Compra: 221750

Item/ Descrição: AGULHA;COLETA SANGUE;AI;21GX1;LUER LOCK;EST;DESC;A VACUO

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Análises de controle de qualidade de produtos sorológicos (produtos intermediários, matéria prima e produto acabado), estudos de estabilidade, SAC e análises internas.

Local de Uso: Controle de qualidade.

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: Uso direcionado para as análises de imunocromatografia, imunofluorescência indireta, ensaio imunoenzimático.

RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA: Material destinado às análises de controle de qualidade de reativos para diagnóstico, visando assegurar a aptidão e confiabilidade dos itens produzidos, como por exemplo: TR DPP® HIV 1/2 SSP, TR DPP® LVC, AUTOTESTE HIV 1/2, TR DENGUE NS1, TR DENGUE IGM/IGG, TR TUBERCULOSE, EIE LVC, IFI CHAGAS, IFI LEISHMANIOSE HUMANA, TR Malária Pf/Pv Ag, TR Sífilis/HIV Combo, TR DPP® Imunoblot Rápido HIV 1/2. Tal atividade garante a qualidade dos produtos.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

Não Aplicável.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

Quantidade calculada baseada na previsão de entregas previstas para o ano de 2026 e de acordo com a amostragem realizada e de análises a ser feita por produto.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DA SILVA GUEDES JUNIOR, Chefe de Departamento**, em 27/11/2025, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5672318** e o código CRC **BAA6013A**.

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221743

Item/ Descrição:

DESCRIÇÃO	CC
13057	ESCALPE (SCALP); EST; DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA
28459	CATETER,INTRAVENOSO;JELCO22;AZ;22G;0,9X25MM
9830	AGULHA,DESCARTAVEL;ESTERIL;20X5,5;CX100UN
9847	AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 25X8,0; CAIXA COM 100 UNIDADES
9852	SERINGA DESCARTÁVEL; APIROGÊNICA; CAP 1ML; EMBALADA INDIV
9854	SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICO;CAP 10ML;PP;ATÓXICO;S/AGULHA

9856	SERINGA DESC;CAP 3ML;SEM AGULHA
------	---------------------------------

Visando o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos, Bio-Manguinhos desenvolveu um planejamento para a aquisição de materiais de consumo. Os itens descritos constam do Planejamento Anual Orçamentário que está associado às iniciativas estratégicas da unidade.

A Divisão de Saúde do Trabalhador presta serviços na parte de pronto atendimento médico e campanhas de vacinação. Os itens solicitados no pedido citado são utilizados na Divisão de Saúde do Trabalhador durante o pronto atendimento, bem como em emergências, sendo assim, de extrema importância para efetiva manutenção dos serviços, e para rotina diária da área, o que consequentemente irá atuar em prol da saúde dos colaboradores da Unidade de Bio-Manguinhos.”



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE DE ASSIS MENDES, Tecnologista em Saúde Pública**, em 28/11/2025, às 00:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5675171** e o código CRC **C9857589**.

Referência: Processo nº 25386.001634/2025-90	SEI nº 5675171
--	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221745

Item/ Descrição:

ITEM	DESCRIÇÃO
23613	TUBO;PP;ENDOTRAQUEAL;COM BALONETE;Nº 7,5
23614	TUBO;PP;ENDOTRAQUEAL;COM BALONETE;Nº 8

Visando o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos, Bio-Manguinhos desenvolveu um planejamento para a aquisição de materiais de consumo. Os itens descritos constam do Planejamento Anual Orçamentário que está associado às iniciativas estratégicas da unidade.

A Divisão de Saúde do Trabalhador presta serviços na parte de pronto atendimento médico e campanhas de vacinação. Os itens solicitados no pedido citado são utilizados na Divisão de Saúde do Trabalhador durante o pronto atendimento, bem como em emergências, sendo assim, de extrema importância para efetiva manutenção dos serviços, e para rotina diária da área, o que consequentemente irá atuar em prol da saúde dos colaboradores da Unidade de Bio-Manguinhos



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE DE ASSIS MENDES, Tecnologista em Saúde Pública**, em 28/11/2025, às 00:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5675791** e o código CRC **8C930A0E**.

Referência: Processo nº 25386.001634/2025-90

SEI nº
5675791

Gestor: BIO

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221746

Item/ Descrição:

ITEM	DESCRIÇÃO
16377	TERMOMETRO CLINICO;OVAL;CAPILAR VIDRO;ESCALA 35 A 42°C
16434	LENÇOL HOSPITALAR;100%CELULOSE;DESCARTAVEL;70CM/50M;ROLO 50M
17081	AGUA DESTILADA;CLASSE TERAPEUTICA;DILUENTE;AP 10ML
51123	TIRA REAGENTE;APL APARELHO GLICOSIMETRO;CX 50UN
9912	ABAIXADOR,LINGUA;MADEIRA;DESCARTAVEL;PT100UN

9926	ATADURA DE CREPE EM ALGODÃO; PT 12RL MED 15CMX4,5M
------	---

Visando o pleno atendimento à demanda do Ministério da Saúde para o fornecimento de imunobiológicos, Bio-Manguinhos desenvolveu um planejamento para a aquisição de materiais de consumo. Os itens descritos constam do Planejamento Anual Orçamentário que está associado às iniciativas estratégicas da unidade.

A Divisão de Saúde do Trabalhador presta serviços na parte de pronto atendimento médico e campanhas de vacinação. Os itens solicitados no pedido citado são utilizados na Divisão de Saúde do Trabalhador durante o pronto atendimento, bem como em emergências, sendo assim, de extrema importância para efetiva manutenção dos serviços, e para rotina diária da área, o que consequentemente irá atuar em prol da saúde dos colaboradores da Unidade de Bio-Manguinhos.”



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE DE ASSIS MENDES, Tecnologista em Saúde Pública**, em 28/11/2025, às 00:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5676458** e o código CRC **DEB06245**.

Referência: Processo nº 25386.001634/2025-90	SEI nº 5676458
--	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL:

Pedido de Compra: 221741

Item/ Descrição: 9851 AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA

9851 AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA

9851 AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA

NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO: Para garantir o cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico de maneira eficiente, é imprescindível a aquisição deste item. Ele desempenha papel essencial no suporte aos processos em diferentes etapas das produções, que compõem o portfólio de Bio-Manguinhos. Essa aquisição assegura o atendimento às novas demandas de produção, possibilitando o pleno cumprimento dos contratos de fornecimento firmados com o Ministério da Saúde.

Local de Uso: SEPFI/LAFIQ/DEQUA

OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO: A aquisição do item tem como objetivo assegurar a disponibilidade de agulhas estéreis adequadas para uso em processos produtivos e analíticos, permitindo a correta manipulação de amostras e soluções, sem risco de contaminação ou comprometimento das etapas laboratoriais.

RELEVÂNCIA CIENTÍFICA E ESTRATÉGICA: A aquisição está em perfeita consonância com o planejamento orçamentário anual de Bio-Manguinhos, reforçando seu compromisso com as estratégias institucionais para o fornecimento de imunobiológicos. Atender às demandas do Ministério da Saúde não apenas assegura a continuidade das operações, mas também fortalece a posição estratégica da unidade como fornecedora de produtos essenciais para a saúde pública.

PRÉ-QUALIFICAÇÃO OU PADRONIZAÇÃO:

As agulhas estéreis descartáveis 30x8 (21G 1 1/4") são insumos fundamentais para as rotinas da produção da vacina de Febre Amarela, produção de TVV e para atividades analíticas e experimentais no âmbito dos projetos/TT de Infiximabe. Esses itens são utilizados em procedimentos de coleta, transferência de amostras, preparo de soluções e manipulação de materiais biológicos, garantindo segurança, assepsia e precisão operacional. Trata-se de um material amplamente padronizado no mercado, sem exigência de marca específica, desde que atendidos os requisitos de esterilidade, integridade da embalagem, calibre compatível e conformidade com normas sanitárias aplicáveis.

As agulhas não possuem padronização ou pré-qualificação específica, pois não estão vinculadas a equipamentos, métodos analíticos exclusivos ou marcas determinadas. Contudo, para garantir segurança e usabilidade, devem obrigatoriamente atender aos seguintes requisitos mínimos:

- esterilidade assegurada e certificada pelo fabricante;
- conformidade com normas técnicas aplicáveis (ex.: ANVISA / ISO);
- dimensões padronizadas (21G 1 1/4", 30x8) compatíveis com as rotinas dos laboratórios de produção e P&D;
- material resistente e adequado para manipulação de fluidos biológicos e soluções.

O atendimento a essas especificações garante plena compatibilidade com os processos de Febre Amarela – Produção, TVV – Produção e Infiximabe – Projetos/TT.

ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

A quantidade de cada material foi calculada com base na demanda histórica e nas exigências do controle de qualidade, considerando a frequência de utilização. A estimativa foi elaborada para assegurar que não haja interrupções no fluxo de trabalho.



Documento assinado eletronicamente por **SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES, Chefe de Laboratório**, em 03/12/2025, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5687261** e o código CRC **046E59BC**.

Referência: Processo nº 25386.001632/2025-09	SEI nº 5687261
--	-------------------

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

JUSTIFICATIVA TÉCNICA

solicitações sem marca

Identificação do Material:

Pedido de Compra: 221754

Item/ Descrição:

9857 - SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 60ML;LUER LOCK;S/ AGULHA

Necessidade da aquisição:

A aquisição do insumo é essencial para Produção do biofármaco ETANERCEPT, no Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE). O material planejado contribui diretamente para a eficácia e estabilidade do produto e suas utilizações estão alinhadas com as estratégias institucionais de garantir a qualidade e eficácia dos produtos farmacêuticos fabricados.

A seringa descartável apirogênica de 60 mL, com conexão Luer Lock e sem agulha, é utilizada no Projeto Etanercept como material de apoio à manipulação, transferência e amostragem de líquidos em atividades laboratoriais, produtivas e de controle de qualidade. Esse insumo é empregado na aspiração e dispensação controlada de meios de cultura, soluções tampão, reagentes, intermediários de processo e amostras, permitindo operações seguras e precisas, especialmente em sistemas fechados ou acoplados a filtros e conexões Luer. Por ser apirogênica e de uso único, a seringa reduz riscos de contaminação microbológica e endotóxica, contribuindo para a integridade das amostras, a reprodutibilidade das operações e o atendimento às exigências de Boas Práticas de Fabricação e aos requisitos regulatórios aplicáveis ao desenvolvimento e à produção do biofármaco Etanercept.

Justificativa da Escolha de Marca Específica:

O insumo seringa descartável apirogênica de 60 mL, com conexão Luer Lock e sem agulha não possui marca específica definida, contudo, suas especificações técnicas ratificam o histórico de qualidade, desempenho consistente e ausência de variação ao longo de sua utilização no Projeto Etanercept. O material encontra-se aprovado no âmbito da Transferência de Tecnologia do Projeto Etanercept, conforme a Fundamentação Legal do Contrato nº 27/2019, celebrado com os parceiros privados Samsung Bioepis e Bionovis S.A.. Esse alinhamento técnico é essencial para garantir a inalterabilidade dos resultados, a reprodutibilidade dos processos e a manutenção do rigor exigido no controle de qualidade, em conformidade com as Boas Práticas e os requisitos regulatórios aplicáveis.

Pré-qualificação ou Padronização:

Não se aplica.

Estimativa de Quantidades:

A quantidade das matérias primas requisitadas foi calculada com base na projeção da produção que será realizada no LABPE e nas especificações utilizadas no processo de fabricação para atendimento ao

Projeto Etanercepte e as atividades essenciais do Laboratório Piloto de Eucariotos (LABPE). A quantidade também considera margens de segurança para eventuais ajustes de processo.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DO CARMO MEDEIROS GONCALVES, Tecnologista em Saúde Pública**, em 18/12/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5753052** e o código CRC **61CCB0C1**.

Referência: Processo nº 25386.001631/2025-56

SEI nº
5753052

Gestor: BIO
Versão 02-outubro/2024

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Estudo Técnico Preliminar 121/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25386.002451/2025-91

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para atender à demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções propostas. O ETP subsidia o processo de contratação, conforme estabelece o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a outros órgãos públicos. Sua missão é garantir o acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. Bio-Manguinhos desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas.

A instituição tem investido na ampliação de seu parque industrial, na produção de vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, além de desenvolver novas tecnologias e produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que impactam a saúde pública do país. As diretrizes de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação são definidas com base em critérios como a situação epidemiológica do Brasil, a demanda dos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto e sua viabilidade econômica, bem como a capacidade científica e tecnológica, além do financiamento e gerenciamento.

Para atender plenamente à demanda do Ministério da Saúde por imunobiológicos, Bio-Manguinhos elaborou um planejamento para a aquisição de materiais de consumo, os quais estão incluídos no Planejamento Anual Orçamentário e associados às iniciativas estratégicas da unidade. Essa aquisição é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, permitindo à instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública e promover a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e aumenta a capacidade de resposta do país diante de desafios epidemiológicos.

A contratação de serviços e produtos no âmbito da saúde pública, como os oferecidos pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos /Bio-Manguinhos, é de extrema importância para garantir o acesso da população a vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos. Essa essencialidade está diretamente ligada à missão da instituição de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que afetam a qualidade de vida da população brasileira.

De acordo com o previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o interesse público está intrinsecamente relacionado à necessidade de garantir a disponibilização contínua de produtos essenciais à saúde. A produção e o fornecimento de imunobiológicos não respondem apenas a uma demanda imediata, mas também ao imperativo de inovação e autonomia tecnológica do Brasil no setor de biotecnologia. Essa estratégia é vital para enfrentar os desafios epidemiológicos e assegurar que a população tenha acesso a tratamentos eficazes e preventivos.

Dessa forma, a contratação com Bio-Manguinhos fortalece a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender às necessidades da população, contribuindo para a implementação de políticas públicas de saúde que buscam aumentar a cobertura vacinal e a eficácia no diagnóstico e tratamento de doenças. Assim, a essência dessa contratação reside em garantir não apenas a continuidade da produção de itens essenciais, mas também em promover a saúde e o bem-estar da sociedade como um todo.

Pedidos de Compra: 221675

A aquisição do item **33995 (SWAB;PP;HASTE FLEX;ALGODAO;CX 100UN)**, é indispensável para garantir o cumprimento das exigências do Ministério da Saúde quanto à qualidade e confiabilidade dos testes realizados na produção de imunobiológicos.

O material será utilizado na Seção de Avaliação Microbiológica (SEMIC), sendo essencial para a realização das análises de controle microbiológico de insumos, imunobiológicos e biofármacos produzidos por Bio-Manguinhos.

A aquisição está alinhada ao Planejamento Anual Orçamentário e às iniciativas estratégicas da unidade, não havendo exigência de padronização ou pré-qualificação, tampouco indicação de marca específica, por se tratar de item com especificações técnicas amplamente atendidas no mercado.

Pedido de Compra: 221744

A aquisição do item 60333 (*ELETRODO,MULTIFUNCAO;DESC;P/ADULTO;F7959W,CMOS DRAKE*) e do item 60334 (*ELETRODO,MULTIFUNCAO;DESC;P/ADULTO;F7988W,CMOS DRAKE*), visa assegurar o pleno atendimento às demandas de Bio-Manguinhos.

Os referidos eletrodos são utilizados pela Divisão de Saúde do Trabalhador nas atividades de pronto atendimento médico, bem como em situações de emergência e na rotina diária da área. Sua utilização é essencial para a manutenção contínua e eficaz dos serviços prestados, contribuindo diretamente para a preservação da saúde dos colaboradores da Unidade.

Pedido de Compra: 221746

A aquisição dos itens 16377 (*TERMOMETRO CLINICO;OVAL;CAPILAR VIDRO;ESCALA 35 A 42°C*); 16434 (*LENÇOL HOSPITALAR;100%CELULOSE;DESCARTAVEL;70CM/50M;ROLO 50M*); 17081 (*AGUA DESTILADA;CLASSE TERAPEUTICA;DILUENTE;AP 10ML*); 51123 (*TIRA REAGENTE;APL APARELHO GLICOSIMETRO;CX 50UN*); 9912 (*ABAIXADOR,LINGUA;MADEIRA;DESCARTAVEL;PT100UN*), visa assegurar o pleno atendimento às demandas de Bio-Manguinhos.

Os itens solicitados são utilizados pela Divisão de Saúde do Trabalhador nas atividades de pronto atendimento médico e em campanhas de vacinação, bem como em situações de emergência e na rotina diária da área. Esses materiais são essenciais para a continuidade e a efetiva manutenção dos serviços prestados, contribuindo diretamente para a promoção e preservação da saúde dos colaboradores da Unidade de Bio-Manguinhos.

Pedido de Compra: 221747

A aquisição dos itens constantes do Pedido de Compra nº 221747, quais sejam agulha de acupuntura (item 55607), semente amarela para auriculoterapia (item 55609) e creme para drenagem linfática (item 55617), está prevista no Planejamento Anual Orçamentário de Bio-Manguinhos e está alinhada às iniciativas estratégicas da unidade, com vistas ao pleno atendimento de suas demandas.

Os materiais solicitados são utilizados pela Divisão de Saúde do Trabalhador no âmbito do pronto atendimento médico, em campanhas de vacinação, em situações de emergência e na rotina diária da área. Esses itens são de extrema importância para a manutenção contínua e eficaz dos serviços prestados, contribuindo diretamente para a promoção da saúde e do bem-estar dos colaboradores da Unidade de Bio-Manguinhos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEMIC	RODRIGO MACIEL DA COSTA GODINHO
SEPra	INGRID CAMPOS DE MATOS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento teve como objetivo verificar e demonstrar que a solução proposta, Aquisição de Material de Consumo representa, de forma inequívoca, a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, superando outras possibilidades analisadas para suprir a necessidade identificada. A análise realizada comprovou a pertinência da escolha e evidenciou a racionalidade administrativa que fundamenta a decisão.

A opção pela aquisição em questão não se limita ao atendimento de uma demanda pontual, mas está definitivamente alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Tais fundamentos consolidam a legitimidade do processo e demonstram, com segurança, que a decisão adotada garante o melhor interesse coletivo, preservando a qualidade dos serviços prestados e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

6. Descrição da solução como um todo

Nesta seção, descreve-se a solução técnica proposta para atender à necessidade administrativa, incluindo as características essenciais e os requisitos preliminares. A solução especificada visa manter em operação todo o parque fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, bem como seus projetos e laboratórios onde são realizadas análises físico-químicas e estudos. Esse modelo, já em uso, otimiza o processo, reduzindo desperdícios de tempo e de informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de simplificar procedimentos administrativos e reduzir custos financeiros.

A fundamentação legal específica para a aquisição será devidamente detalhada no Termo de Referência (TR), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. No TR, serão definidos os dispositivos legais que sustentam a contratação, contemplando os critérios de economicidade, eficiência e sustentabilidade. A justificativa para cada etapa será embasada nos princípios da Administração Pública e na aderência às normas vigentes, garantindo clareza, transparência e segurança jurídica ao processo, de modo a assegurar a solução mais vantajosa para o interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Método da estimativa da demanda.

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários.

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

- a. Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;*
- b. Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade (quando couber);*
- c. Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;*
- d. Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano seguinte;*
- e. Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.*

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

7.1. Estimativa da quantidade a ser contratada:

Pedido	Código	Material	UN	Quant.
221675	33995	SWAB;PP;HASTE FLEX;ALGODAO;CX 100UN	CX	5
221744	60333	ELETRODO,MULTIFUNCAO;DESC;P/ADULTO;F7959W, CMOS DRAKE	UN	1
221744	60334	ELETRODO,MULTIFUNCAO;DESC;P/ADULTO;F7988W, CMOS DRAKE	UN	1
221746	16377	TERMOMETRO CLINICO;OVAL;CAPILAR VIDRO;ESCALA 35 A 42°C	UN	4
221746	16434	LENÇOL HOSPITALAR;100%CELULOSE;DESCARTAVEL; 70CM/50M;ROLO 50M	RL	50
221746	17081	AGUA DESTILADA;CLASSE TERAPEUTICA;DILUENTE; AP 10ML	AP	100
221746	51123	TIRA REAGENTE;APL APARELHO GLICOSIMETRO;CX 50UN	CX	10
221746	9912	ABAIXADOR,LINGUA;MADEIRA;DESCARTAVEL;PT100UN	PT	4
221747	55607	AGULHA,ACUPUNTURA;25X30MM;AISI 304;CX 100UN	CX	10
221747	55609	SEMENTE,AMARELA;AURICULOTERAPIA;TUBO 40G	TB	24
221747	55617	CREME,DRENAGEM;LINFATICA;PO 1KG	PO	5

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Diante do aumento da demanda identificado pelos programas do Ministério da Saúde e da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, a estimativa de quantidades de materiais de consumo reflete esse crescimento. Com base nos dados históricos das aquisições anteriores, observamos um incremento significativo na necessidade de insumos devido ao aumento da capacidade de produção da unidade Bio-Manguinhos/Fiocruz e ao crescimento da demanda do Sistema Único de Saúde (SUS). O material é necessário para garantir a continuidade das operações e o cumprimento das metas estabelecidas. Assim, a projeção para o período contempla um aumento dos quantitativos, a fim de atender plenamente as novas exigências operacionais e os programas de saúde pública.

Item	Descrição	UN	2023	2024	2025	2026
16434	LENÇOL HOSPITALAR;100%CELULOSE;DESCARTAVEL;70CM/50M;ROLO 50M	RL	27	40	24	50
17081	AGUA DESTILADA;CLASSE TERAPEUTICA;DILUENTE;AP 10ML	AP	0	0	0	100
55609	SEMENTE,AMARELA;AURICULOTERAPIA;TUBO 40G	TB	0	12	12	24

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Item	Descrição	UN	2023	2024	2025	2026
33995	SWAB;PP;HASTE FLEX;ALGODAO;CX 100UN	CX	20	25	0	5
51123	TIRA REAGENTE;APL APARELHO GLICOSIMETRO;CX 50UN	CX	36	8	0	10
55607	AGULHA,ACUPUNTURA;25X30MM;AISI 304;CX 100UN	CX	6	102	30	10
55617	CREME,DRENAGEM;LINFATICA;PO 1KG	PO	20	44	0	5

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Com base nos dados históricos de consumo e no planejamento estratégico de Bio-Manguinhos/Fiocruz, a demanda por insumos para a produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos tem se mantido estável nos últimos anos. Dessa forma, a estimativa de quantidades a serem contratadas para este ciclo segue o padrão médio observado anteriormente, sem variações significativas. O planejamento para a aquisição de materiais de consumo considera as demandas dos programas do Ministério da Saúde e as necessidades operacionais da unidade, de modo a garantir a continuidade da produção e o atendimento integral ao SUS, mantendo a estimativa de compra alinhada aos volumes previamente adquiridos.

Item	Descrição	UN	2023	2024	2025	2026

60333	ELETRODO,MULTIFUNCAO;DESC;P/ADULTO;F7959W,CMOS DRAKE	UN	0	0	1	1
60334	ELETRODO,MULTIFUNCAO;DESC;P/ADULTO;F7988W,CMOS DRAKE	UN	0	0	1	1
16377	TERMOMETRO CLINICO;OVAL;CAPILAR VIDRO;ESCALA 35 A 42°C	UN	4	0	0	4
9912	ABAIXADOR,LINGUA;MADEIRA;DESCARTAVEL;PT100UN	PT	5	0	4	4

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.739,24

O valor dessa contratação está estimado em **R\$3.739,24 (Três mil, setecentos e e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos).**

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade/aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65/2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo parcelamento do objeto justifica-se pelo fato de que a divisão em lotes amplia a competitividade, permite a participação de fornecedores especializados em cada item, favorece a inserção de micro e pequenas empresas, evita a concentração de mercado e potencializa a obtenção de melhores preços. Essa medida contribui para a economicidade, a eficiência da contratação e para a seleção da proposta mais vantajosa, atendendo ao interesse público.

Adicionalmente, a contratação em parcelas mostra-se necessária em razão do volume expressivo e da quantidade de materiais envolvidos, os quais não poderiam ser integralmente estocados sem causar riscos à logística, à integridade do material e ao adequado funcionamento do espaço físico disponível. Assim, o parcelamento também se justifica como medida de racionalização do armazenamento, assegurando maior controle sobre as entregas, melhor planejamento do uso e evitando desperdícios ou perdas por limitações de estocagem.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2025, com a previsão de execução no exercício de 2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022. A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) para o ano de 2026, alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

I) ID pca PNCP: 33781055000135-0-000007/2026

II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025

Classe	Desc da Classe	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA
6515	INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS	254445-23/2026	392
6640	EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO	254445-24/2026	3
6640	EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO	254445-24/2026	3
-	-	-	-

6532	VESTUÁRIO HOSPITALAR E CIRÚRGICO E ITENS CORRELATOS DE FINALIDADES ESPECIAIS	254445-23/2026	284
6550	SUBSTÂNCIAS PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", REAGENTES, CONJUNTOS E JOGOS PARA TESTE	254445-90/2026	219
6550	SUBSTÂNCIAS PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", REAGENTES, CONJUNTOS E JOGOS PARA TESTE	254445-90/2026	219
-	-	-	-
6515	INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS	254445-23/2026	392
6515	INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS	254445-23/2026	392
6508	COSMÉTICOS E ARTIGOS DE TOUCADOR DE NATUREZA MEDICINAL	254445-23/2026	294

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na cadeia de inovação e em desenvolvimento tecnológico é uma marca do instituto, assim como o domínio de tecnologias de ponta e avançados processos de produção. Parcerias com outras instituições públicas e privadas- garantem acordos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a evolução dos projetos do instituto.

O cumprimento dos requerimentos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) assim como a certificação de qualidade de seus laboratórios fazem do Instituto um importante agente para a melhoria da saúde pública do país. Os resultados esperados com a aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, garantir o bom funcionamento dos equipamentos com confiabilidade dos resultados, atendendo assim as exigências de boas práticas de fabricação. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano. Evitar parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS:

14.1. Redução do Consumo de Energia:

- Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.
- Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.
- Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.
- Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

14.2. Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.
- Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.

- Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.
- Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.
- Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (4ª edição, agosto de 2021), verificamos que a licitação/contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, **com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários**, caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO MACIEL DA COSTA GODINHO

Equipe de Planejamento

INGRID CAMPOS DE MATOS

Equipe de Planejamento

MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA

Equipe de Fiscalização

CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI

Equipe de Fiscalização

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Estudo Técnico Preliminar 370/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25386.000666/2026-59

2. Descrição da necessidade

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo identificar e analisar cenários para atender à demanda descrita no Documento de Formalização da Demanda, além de demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções propostas. O ETP subsidia o processo de contratação, conforme estabelece o artigo 18, inciso II, da Lei 14.133/2021, e está em conformidade com o artigo 6º da Instrução Normativa SGD-ME nº 58/2022, fornecendo as informações necessárias para garantir a eficiência, vantajosidade e sustentabilidade da contratação pública.

O Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, unidade da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz, é responsável pela pesquisa, desenvolvimento, produção e fornecimento de vacinas, kits para diagnóstico e biofármacos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a outros órgãos públicos. Sua missão é garantir o acesso a produtos essenciais para a saúde pública, contribuir para a autonomia tecnológica do Brasil e promover inovação no setor de biotecnologia. Bio-Manguinhos desempenha um papel estratégico na proteção e prevenção de doenças por meio da oferta de soluções biotecnológicas.

A instituição tem investido na ampliação de seu parque industrial, na produção de vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico, além de desenvolver novas tecnologias e produtos de alto valor agregado. Essa estratégia visa à prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que impactam a saúde pública do país. As diretrizes de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação são definidas com base em critérios como a situação epidemiológica do Brasil, a demanda dos diferentes programas do Ministério da Saúde, o avanço tecnológico do projeto e sua viabilidade econômica, bem como a capacidade científica e tecnológica, além do financiamento e gerenciamento.

Para atender plenamente à demanda do Ministério da Saúde por imunobiológicos, Bio-Manguinhos elaborou um planejamento para a aquisição de materiais de consumo, os quais estão incluídos no Planejamento Anual Orçamentário e associados às iniciativas estratégicas da unidade. Essa aquisição é fundamental para garantir a continuidade da produção de vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos, permitindo à instituição cumprir sua missão de proteger a saúde pública e promover a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças de grande impacto no Brasil. Além disso, o investimento em materiais assegura o desenvolvimento de novas tecnologias e aumenta a capacidade de resposta do país diante de desafios epidemiológicos.

A contratação de serviços e produtos no âmbito da saúde pública, como os oferecidos pelo Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos/Bio-Manguinhos, é de extrema importância para garantir o acesso da população a vacinas, kits de diagnóstico e biofármacos. Essa essencialidade está diretamente ligada à missão da instituição de proteger a saúde pública, promovendo a prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças que afetam a qualidade de vida da população brasileira.

De acordo com o previsto no art. 3º do Decreto nº 8.540, de 9 de outubro de 2015, o interesse público está intrinsecamente relacionado à necessidade de garantir a disponibilização contínua de produtos essenciais à saúde. A produção e o fornecimento de imunobiológicos não respondem apenas a uma demanda imediata, mas também ao imperativo de inovação e autonomia tecnológica do Brasil no setor de biotecnologia. Essa estratégia é vital para enfrentar os desafios epidemiológicos e assegurar que a população tenha acesso a tratamentos eficazes e preventivos.

Dessa forma, a contratação com Bio-Manguinhos fortalece a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender às necessidades da população, contribuindo para a implementação de políticas públicas de saúde que buscam aumentar a cobertura vacinal e a eficácia no diagnóstico e tratamento de doenças. Assim, a essência dessa contratação reside em garantir não apenas a continuidade da produção de itens essenciais, mas também em promover a saúde e o bem-estar da sociedade como um todo.

Pedido de Compra: 221682

A aquisição do item é essencial para garantir o cumprimento eficiente das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits diagnósticos de Bio-Manguinhos. Trata-se de um insumo crítico para diferentes etapas dos processos produtivos, sendo indispensável para assegurar a continuidade das operações e o atendimento aos contratos firmados com o Ministério da Saúde. Sua utilização ocorre no âmbito do SEAPQ /LAFIQ/DEQUA, apoiando diretamente as rotinas laboratoriais.

O objetivo da contratação é assegurar suporte adequado às atividades analíticas do Controle de Qualidade, bem como aos projetos e à transferência de tecnologia da Vacina Hexavalente. Os itens são fundamentais para garantir precisão nas pesagens, segurança na manipulação de amostras e preparo confiável de soluções, contribuindo para a integridade dos resultados e para a continuidade das operações laboratoriais.

Sob o aspecto científico e estratégico, a aquisição está alinhada ao planejamento institucional de Bio-Manguinhos e reforça seu compromisso com o fornecimento de imunobiológicos essenciais à saúde pública. A disponibilidade contínua desses insumos fortalece a capacidade operacional da unidade e sua posição estratégica no atendimento às demandas do Ministério da Saúde.

As seringas são insumos indispensáveis para as rotinas de Controle de Qualidade e para as atividades relacionadas à Vacina Hexavalente, devendo atender rigorosamente a critérios técnicos, como conformidade com normas de qualidade, compatibilidade com métodos validados, resistência química e precisão volumétrica.

Entretanto, análises técnicas demonstraram que a marca UNIQMED é a única que atende plenamente a todos os requisitos exigidos. Seus produtos apresentam desempenho superior em termos de precisão, segurança e confiabilidade, garantindo a reprodutibilidade dos resultados e a conformidade com os padrões laboratoriais, o que justifica sua escolha como a única capaz de suprir integralmente as necessidades da instituição.

Pedido de Compra: 226100

A aquisição de seringas descartáveis em polipropileno (PP), com capacidade de 10 mL e conector tipo Luer Lock, é imprescindível para garantir o cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico de forma eficiente. Esse insumo exerce papel essencial no suporte às diferentes etapas dos processos produtivos de Bio-Manguinhos, assegurando a continuidade das operações e o atendimento às demandas estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Sua utilização está prevista no SEPFI /LAFIQ/DEQUA, onde integra rotinas laboratoriais críticas.

O objetivo da contratação é garantir o fornecimento contínuo de seringas adequadas às atividades laboratoriais e operacionais, assegurando qualidade, segurança e confiabilidade no uso. O item é fundamental para procedimentos que exigem precisão e controle, contribuindo diretamente para a integridade das análises,

manipulação de substâncias e execução segura das rotinas, sem interrupções que possam comprometer os processos.

Sob o ponto de vista científico e estratégico, a aquisição está alinhada ao planejamento orçamentário anual de Bio-Manguinhos e reforça o compromisso institucional com o fornecimento de imunobiológicos. A manutenção de insumos de qualidade contribui para a continuidade das operações e fortalece a posição da instituição como fornecedora estratégica de produtos essenciais à saúde pública.

É indispensável que as seringas atendam rigorosamente às regulamentações da ANVISA e às diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS). Essas certificações garantem que o produto seja estéril, seguro e eficaz para uso em ambientes laboratoriais e de saúde, protegendo tanto os profissionais quanto os pacientes, além de assegurar a confiabilidade dos processos realizados.

A utilização de produtos fora dessas especificações pode acarretar riscos significativos, como contaminações, falhas operacionais e inconsistências em resultados laboratoriais, impactando a segurança, a qualidade dos dados e a eficiência dos processos. Além disso, pode gerar retrabalho, custos adicionais e atrasos. Dessa forma, a aquisição de seringas que atendam integralmente às exigências regulatórias é fundamental para garantir a segurança, a qualidade e a continuidade das atividades laboratoriais e clínicas.

Pedido de Compra: 226103

A aquisição da pinça cirúrgica tipo Kelly reta é imprescindível para garantir o cumprimento das programações de produção de vacinas, diluentes, biofármacos e kits reativos para diagnóstico de forma eficiente. Este item desempenha papel essencial no suporte aos processos em diferentes etapas das produções que compõem o portfólio de Bio-Manguinhos, assegurando o atendimento às novas demandas e o pleno cumprimento dos contratos de fornecimento firmados com o Ministério da Saúde.

O uso do item está previsto no SEPFI/LAFIQ/DEQUA, onde é empregado em atividades laboratoriais e operacionais que exigem precisão, segurança e confiabilidade. A disponibilidade adequada desse instrumento é fundamental para a continuidade das rotinas, evitando interrupções que possam comprometer o desempenho das atividades e os prazos estabelecidos.

A contratação tem como objetivo garantir o fornecimento de pinça cirúrgica tipo Kelly reta, confeccionada em aço inoxidável, com comprimento de 14 cm, atendendo às necessidades das atividades desenvolvidas. O material deve assegurar resistência, durabilidade e segurança de uso, além de cumprir os requisitos de qualidade aplicáveis às rotinas laboratoriais e operacionais.

A aquisição está alinhada ao planejamento orçamentário anual de Bio-Manguinhos, reforçando o compromisso institucional com as estratégias voltadas ao fornecimento de imunobiológicos. O atendimento às demandas do Ministério da Saúde contribui diretamente para a continuidade das operações e fortalece a posição estratégica da unidade como fornecedora de produtos essenciais à saúde pública.

Por fim, destaca-se que o item deve atender plenamente às especificações técnicas estabelecidas, garantindo sua adequação às atividades e a confiabilidade dos processos nos quais será utilizado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SEPFI SEAPQ	Simone Ferreira Rodrigues Fernandes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no contrato e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

Manter atualizado o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), assim como, todos os níveis de credenciamento durante a vigência contratual.

Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado, o objeto com avarias ou defeitos;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento teve como objetivo verificar e demonstrar que a solução proposta, **Aquisição de material de consumo**, representa, de forma inequívoca, a alternativa mais adequada e vantajosa para a Administração Pública, superando outras possibilidades analisadas para suprir a necessidade identificada. A análise realizada comprovou a pertinência da escolha e evidenciou a racionalidade administrativa que fundamenta a decisão.

A opção pela aquisição em questão não se limita ao atendimento de uma demanda pontual, mas está definitivamente alinhada aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da eficiência, economicidade e continuidade do serviço público. Tais fundamentos consolidam a legitimidade do processo e demonstram, com segurança, que a decisão adotada garante o melhor interesse coletivo, preservando a qualidade dos serviços prestados e assegurando a correta aplicação dos recursos públicos.

6. Descrição da solução como um todo

Nesta seção, descreve-se a solução técnica proposta para atender à necessidade administrativa, incluindo as características essenciais e os requisitos preliminares. A solução especificada visa manter em operação todo o parque fabril do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, bem como seus projetos e laboratórios onde são realizadas análises físico-químicas e estudos. Esse modelo, já em uso, otimiza o processo, reduzindo desperdícios de tempo e de informações, o que facilita a gestão contratual e o gerenciamento de riscos, além de simplificar procedimentos administrativos e reduzir custos financeiros.

A fundamentação legal específica para a aquisição será devidamente detalhada no Termo de Referência (TR), em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. No TR, serão definidos os dispositivos legais que sustentam a contratação, contemplando os critérios de economicidade, eficiência e

sustentabilidade. A justificativa para cada etapa será embasada nos princípios da Administração Pública e na aderência às normas vigentes, garantindo clareza, transparência e segurança jurídica ao processo, de modo a assegurar a solução mais vantajosa para o interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Método da estimativa da demanda.

As quantidades estabelecidas para a pretensa Aquisição e Fornecimento foram determinadas por meio de metodologias de cálculo que se fundamentam no histórico e na previsão de consumo informada pelos usuários.

A solução definida para atender à demanda foi elaborada considerando as seguintes atividades:

- a. *Etapas da gestão de estoque e validade dos materiais de consumo;*
- b. *Árvore de Materiais - Lista detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades que compõem um produto ou atividade (quando couber);*
- c. *Análise do histórico de consumo dos itens nos últimos 24 meses, 12 meses e nos últimos 3 meses;*
- d. *Consideração do Contrato de fornecimento de produtos, firmado entre Bio-Manguinhos e Ministério da Saúde para o ano seguinte;*
- e. *Avaliação do Saldo em Aquisições de processos vigentes.*

Dessa forma, a estimativa das quantidades a serem contratadas foi embasada em uma análise criteriosa dos dados disponíveis, visando garantir a eficiência e adequação do fornecimento às necessidades da CONTRATANTE.

7.2 Estimativa da quantidade a ser contratada:

Pedido	Item	Descrição	UN	Quantidade
221682	61233	SERINGA,0.5ML;05127033-29G;UNIQMED;CX100UN	CX	2
226100	42706	SERINGA;PP;DESCARTAVEL;CONECTOR;LUER LOK;10 ML UN	UN	36
226103	9841	PINÇA CIRÚRGICA KELLY RETA;INOX;COMP 14CM	UN	6

Contratações semelhantes realizadas nos anos citados na tabela abaixo, mostram o consumo por exercício. Analisando a necessidade de contratação do último ciclo, decorrente de ajustes nos programas de saúde pública e estabilização epidemiológica, a estimativa de aquisição de materiais de consumo será reduzida proporcionalmente. Analisando os dados históricos de consumo e as projeções revisadas do Ministério da Saúde, prevemos uma diminuição, conforme tabela abaixo, na quantidade de materiais em comparação aos períodos anteriores. Essa redução visa ajustar os estoques e evitar desperdícios, mantendo a eficiência no uso dos recursos sem comprometer a capacidade produtiva e a qualidade dos serviços prestados por Bio-Manguinhos/Fiocruz ao SUS.

Item	Descrição	UN	2023	2024	2025	2026
42706	SERINGA;PP;DESCARTAVEL;CONECTOR;LUER LOK;10 ML UN	UN	500	0	0	156
9841	PINÇA CIRÚRGICA KELLY RETA;INOX;COMP 14CM	UN	0	20	0	6

Como se trata de item recentemente cadastrado e/ou sem histórico de aquisições anteriores, a estimativa das quantidades será baseada em projeções técnicas e nos parâmetros estabelecidos pela demanda do Ministério da Saúde. A definição das quantidades levou em consideração as previsões de utilização no processo produtivo

de Bio-Manguinhos/Fiocruz, alinhadas ao plano de expansão industrial e às necessidades do SUS. A projeção inicial foi elaborada com base em estudos de demanda, levando em conta a capacidade produtiva da unidade, o cronograma de implementação de novos produtos e o impacto esperado desse item na cadeia de produção.

Item	Descrição	UN	2023	2024	2025	2026
61233	SERINGA,0.5ML;05127033-29G;UNIQMED;CX100UN	CX	0	0	0	2

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 525,72

O valor dessa contratação está estimado em R\$ 525,72 (quinhentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos).

Informamos que o valor disposto no item 8 deste ETP, reflete os valores apurados na pesquisa de mercado realizada para fins de estimativas de valores e planejamento orçamentário da contratação, possibilitando a avaliação da viabilidade econômica, portanto, não se confunde com a pesquisa a ser realizada para aferição da conformidade/aceitação da proposta, que será realizada de acordo com a Instrução Normativa Seges/ME 65 /2021 junto ao mercado fornecedor para obtenção do preço de referência.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Em atendimento ao art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, a opção pelo parcelamento do objeto justifica-se pela viabilidade técnica e pela vantagem econômica da aquisição de materiais de consumo de forma fracionada, considerando que os itens possuem natureza comum, características independentes e podem ser fornecidos de maneira autônoma, sem prejuízo à funcionalidade, à qualidade ou ao atendimento da necessidade administrativa.

O parcelamento possibilita a ampliação da competitividade, favorece a participação de um maior número de fornecedores e contribui para a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, da eficiência e do interesse público, conforme as diretrizes da Lei nº 14.133 /2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Trata-se de aquisição dos itens comuns para atendimento a Bio-Manguinhos. Suas necessidades são planejadas anualmente para atendimento às mais diversas áreas e setores. Dessa forma, os pedidos inseridos em sistema interno são liberados de acordo com sua prioridade de compra. As contratações são consolidadas por guardar relação com o objeto principal. Não havendo vinculação ou dependência com o objeto de outro documento de formalização de demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta contratação foram devidamente previstos no Plano de Gestão de Contratações (PGC) das respectivas unidades, tendo sido lançados em 2025, com a previsão de execução no exercício de 2026, em conformidade com o Decreto nº 10.947/2022. A demanda apresentada neste documento está contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) para o ano de 2026, alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável da Fiocruz, e foi registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC), dentro dos prazos e requisitos estabelecidos pela legislação vigente.

- I) ID PCA PNCP: 33781055000135-0-000007/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 30/04/2025

Classe	Desc da Classe	Identificador da Futura Contratação	Id do item no PCA
6515	INSTRUMENTOS, EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS	254445-23/2026	392
6640	EQUIPAMENTOS E ARTIGOS DE LABORATÓRIO	254445-24/2026	3

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O investimento contínuo na cadeia de inovação e em desenvolvimento tecnológico é uma marca do instituto, assim como o domínio de tecnologias de ponta e avançados processos de produção. Parcerias com outras instituições públicas e privadas- garantem acordos de transferência de tecnologia e de desenvolvimento tecnológico, contribuindo para a evolução dos projetos do instituto. O cumprimento dos requerimentos de Boas Práticas de Fabricação (BPF) assim como a certificação de qualidade de seus laboratórios fazem do Instituto um importante agente para a melhoria da saúde pública do país. Os resultados esperados com a aquisição é a manutenção da capacidade produtiva, garantir o bom funcionamento dos equipamentos com confiabilidade dos resultados, atendendo assim as exigências de boas práticas de fabricação. Manter o parque industrial operacional durante todo o ano. Evitar parada na rotina dos laboratórios e o atraso na liberação de lotes de produtos.

13. Providências a serem Adotadas

Não há providências necessárias para adequação do local de execução das aquisições, visto que, o consumo do objeto a ser adquirido já contempla o espaço necessário para o Uso, Ambiente de Produção e Laboratórios do referido Instituto.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O Plano de Logística Sustentável da Fiocruz (PLS) contém diversas medidas mitigadoras e ações voltadas para o baixo consumo de energia e outros recursos, bem como a logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos. Abaixo estão algumas das principais ações incluídas no PLS:

14.1. Redução do Consumo de Energia:

- Promoção de Campanhas de Uso Racional de Energia Elétrica: Inclui a distribuição de informes físicos e digitais, adesivos sobre como reduzir o consumo de energia elétrica, e a realização de seminários.

- Retrofit nas Demandas de Adequações: Execução de estudos de viabilidade e serviços de retrofit para melhorar a eficiência energética das instalações.
- Substituição de Equipamentos: Troca de equipamentos antigos por novos com selo Procel e substituição de lâmpadas por LED.
- Instalação de Sensores e Temporizadores: Implementação de sensores de presença e temporizadores para otimizar o uso de energia.

14.2. Gestão de Resíduos e Logística Reversa:

- Resíduos de Óleo Vegetal: Coleta quinzenal e reciclagem de óleo vegetal usado nos restaurantes dos campi.
- Pilhas e Baterias: Logística reversa em parceria com a ABINEE, coletando e destinando cerca de 8.880,3 kg de pilhas e baterias para reciclagem.
- Cartuchos, Tonners e Latas de Tinta: Destinação para coprocessamento, transformando-os em combustível para a indústria cimenteira.
- Resíduos Eletroeletrônicos: Remanufatura e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos por meio de cooperativas credenciadas.
- Coleta Seletiva de Papel/Papelão, Plástico e Vidro: Programa de coleta seletiva solidária que destinou, entre 2018 e 2020, aproximadamente 622,5 toneladas de papel/papelão, 130,5 toneladas de plástico, e 20,6 toneladas de vidro para reciclagem.

Essas ações fazem parte de um esforço contínuo da Fiocruz para reduzir impactos ambientais, promover a sustentabilidade e garantir o manejo adequado dos recursos e resíduos.

A Fiocruz, ciente do seu papel enquanto instituição de pesquisa, ensino e produção em saúde pública, adota práticas de mitigação e controle dos impactos ambientais decorrentes de suas atividades. Exemplo disso é seu programa de gerenciamento de resíduos, procedimentos de biossegurança, programa de tratamento de efluentes, que conta com uma Estação de Tratamento de Esgoto própria, e programa de descarte de resíduos químicos e nucleares, entre outros. Essas práticas garantem o controle dos impactos ambientais inerentes aos processos da Fiocruz, resultando em uma condução diligente e consciente dos aspectos ambientais relativos ao cuidado com a saúde pública.

Em consulta ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis em <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas>, verificamos que a licitação/contratação sustentável é um instrumento significativo para que a Administração Pública exija que as empresas cumpram requisitos de sustentabilidade socioambiental, desde a produção até a distribuição de bens, prestação de serviços e realização de obras de engenharia.

Conforme a Instrução Normativa Nº 01/2010-SLTI/MPOG, os órgãos da Administração Pública podem exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens. No presente processo, aplicam-se os requisitos desta Instrução Normativa. Deverão ser observados os critérios de sustentabilidade ambiental previstos, especificamente os definidos no artigo 5º da IN mencionada, que incluem:

- I – Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- II – Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- III – Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, para garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento; e

IV – Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Por se tratar de responsabilidade corporativa da empresa fornecedora, deve-se incluir no rol de declarações que sua política de governança contempla compromissos de sustentabilidade ambiental, com ações nas áreas de redução da geração de resíduos sólidos, emissões de gases de efeito estufa, consumo de água, consumo de energia, e apoio à diversidade étnica, cultural e de gênero.

15. Local e Data

Rio de Janeiro, 24 de abril de 2026.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando as análises ora empreendidas no presente Estudo Técnico Preliminar e demais informações, considero viável, tanto nos aspectos técnicos quanto nos aspectos econômicos, a realização da aquisição pretendida a fim de atender as demandas de Bio-Manguinhos. Diante de todas as informações colhidas nas etapas de elaboração do ETP, **com base nas informações fornecidas pelos respectivos usuários e detalhadas nas justificativas anexas**, caberá à autoridade competente decidir pela viabilidade da contratação, bem como o seu alinhamento com a necessidade apontada pela unidade demandante e o planejamento estratégico da organização.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FLAVIO ISIDORO DA SILVA

Equipe de Planejamento

SIMONE FERREIRA RODRIGUES FERNANDES

Equipe de Planejamento

MICHAEL PAISANTE DE OLIVEIRA

Equipe de Fiscalização

CRISTINA AZEVEDO ZANIRATI

Equipe de Fiscalização

INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS

Contrato 51/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
51/2026	254445-INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS	ANDREA ROMANO LEONARDO FERREIRA	16/06/2026 09:03 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		25386.002449/2025-12

Processo 25386.002449/2025-12

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25386.002449/2025-12)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /....., QUE FAZEM ENTRE SI A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS DE MANGUINHOS (BIO-MANGUINHOS) E.....

A FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, entidade pública criada e mantida pela União Federal, na forma da Lei nº 5.019 /1966 e do Decreto nº66.624/1970, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 11.288 de 07/10/2022, integrante da Administração Pública Federal Indireta evinculada ao Ministério da Saúde, "ex vi" da Lei nº 7.596/1987, sediada na Av. Brasil nº 4.365, Manguinhos, nesta cidade do Rio de Janeiro - RJ, por intermédio do **INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM IMUNOBIOLOGICOS DE MANGUINHOS (BIO-MANGUINHOS)**, com sede na Av. Brasil, 4365 - Bairro: Manguinhos - CEP: 21.040-900, na cidade do Rio de Janeiro / RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 33.781.055/0015-30, neste ato representado pela sua Diretora, Srª Rosane Cuber Guimarães, nomeada pela Portaria do Ministro da Saúde nº 547, de 17 de junho de 2025, publicada no DOU, Seção 2, de 23/06/2025, portadora da Matrícula Funcional nº 1353412, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 10 de 10 de janeiro de 2024, do Sr. Presidente da Fiocruz, publicada no DOU, Seção 2, em 24/01/2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no **Processo nº 25386.002449/2025-12** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei nº 6.360/1976, DECRETO nº8.077/2013 e RDC nº 16/2014 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) **Pregão Eletrônico nº 90096/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Material Hospitalar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **100 (cem) dias**, contados **a partir da data da última assinatura aposta no documento contratual**, em virtude de sua tramitação eletrônica, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias**;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da

execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a

partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de

suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11.CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12.CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13.CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.7.3. Das indenizações e multas.

13.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14.CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: [...];

II) Fonte de recursos: [...];

III) Programa de trabalho: [...];

IV) Elemento de despesa: [...]; e

V) Plano interno: [...]; e

VI) Nota de empenho: [...];

16.CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17.CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas

(PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA REGULARIDADE DA COTRATADA

18.1. A Regularidade da contratada foi aferida por meio de consultas ao SICAF , Consulta Consolidada TCU e CADIN em/...../2026, anexadas ao Processo nº 25386.002449/2025-12.

19. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária da Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

1. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JUNILTON BARBOSA SILVA

Chefe de Divisão

Especificações Complementares :

Item : 1

Material: AGULHA,DESCARTAVEL;ESTERIL;20X5,5;CX100UN

AGULHA DESCARTÁVEL; ESTÉRIL; MEDIDAS: 20X5,5; CAIXA COM 100 UNIDADES.

O ITEM DEVE SER ENTREGUE EM BIO-MANGUINHOS COM VALIDADE MÍNIMA DE 36 MESES.

Item : 2

Material: AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 40X16; CAIXA COM 100 UNIDADES

AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 40X16; CAIXA COM 100 UNIDADES*****

Item : 3

Material: PINÇA CIRÚRGICA KELLY RETA;INOX;COMP 14CM

PINÇA CIRÚRGICA KELLY RETA; EM AÇO INOX; COMPRIMENTO 14CM*****

Item : 4

Material: SERINGA DESC;CAP 5ML;SEM AGULHA

SERINGA DESCARTÁVEL; CAPACIDADE 5ML; SEM AGULHA

Item : 5

Material: AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 25X8,0; CAIXA COM 100 UNIDADES

AGULHA DESCARTÁVEL; MEDIDA 25X8,0; CAIXA COM 100 UNIDADES

Item : 6

Material: AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA

AGULHA ESTÉRIL DESCARTÁVEL; MEDIDAS 30X8 (21 G 1 1/4); CAIXA COM 100 UNIDADES

Item : 7

Material: SERINGA DESCARTÁVEL; APIROGÊNICA; CAP 1ML; EMBALADA INDIV
SERINGA DESCARTÁVEL; APIROGÊNICA; ATÓXICA; ESTÉRIL; GRADUAÇÃO EM ML;
CAPACIDADE 1ML;
COM AGULHA 13X0,38 A 0,40; EMBALADA INDIVIDUALMENTE

Item : 8

Material: SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICO;CAP
10ML;PP;ATÓXICO;S/AGULHA
SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICO; CAPACIDADE 10ML; POLIPROPILENO;
ESTÉRIL; ATÓXICO;
SEM AGULHA

Item : 9

Material: SERINGA DESC;CAP 3ML;SEM AGULHA
SERINGA DESCARTÁVEL; CAPACIDADE 3ML; SEM AGULHA

Item : 10

Material: SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 60ML;LUER LOCK;S/
AGULHA
SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA; CAPACIDADE 60ML; COM LUER LOCK;
SEM AGULHA

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ
APRESENTAR AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA
EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

Item : 11

Material: SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA;CAP 10ML;S/ AGULHA;DIV 0,2ML

SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA; CAPACIDADE 10ML; SEM AGULHA; POSSUI PONTA ROSQUEÁVEL TIPO LUER LOK; DIVISÕES DE 0,2 ML

Item : 12

Material: ABAIXADOR,LINGUA;MADEIRA;DESCARTAVEL;PT100UN

ABAIXADOR DE LÍNGUA; MADEIRA; DESCARTÁVEL; FORMATO CONVENCIONAL LISO; SUPERFÍCIE E

BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS; PACOTE COM 100 UNIDADES

ABAIXADOR DE LÍNGUA

MATERIAL: MADEIRA

DESCARTÁVEL

FORMATO: CONVENCIONAL LISO

SUPERFICIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS

ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA A SUA EXTENSÃO

MEDIDAS APROXIMADAS: 14 CM (C) X 1,4 CM (L) X 0,5 MM (E)

EMBALAGEM: PACOTE COM 100 UNIDADES

Item : 13

Material: ATADURA DE CREPE EM ALGODÃO; PT 12RL MED 15CMX4,5M

ATADURA DE CREPE EM ALGODÃO; ESTERILIZÁVEL A GÁS ÓXIDO DE ETILENO, RADIAÇÃO OU

VAPOR; PACOTE COM 12 ROLOS MEDINDO 15CMX4,5M*****

ATADURA DE CREPE

Confeccionada em algodão

Esterilizável a gás óxido de etileno, radiação ou vapor;

Produzida para uso em procedimentos ortopédicos e/ou outras aplicações que requeiram

terapia compressiva.

Dotada de elasticidade longitudinal e transversal.

Embalada: pacote com 12 rolos medindo 15x4,5m

Item : 14

Material: ESCALPE (SCALP); EST; DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA

ESCALPE (SCALP); DISPOSITIVO DE INFUSÃO INTRAVENOSA; CALIBRE 21G; ESTÉRIL; AGULHA

SILICONIZADA.

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

Item : 15

Material: TERMOMETRO CLINICO;OVAL;CAPILAR VIDRO;ESCALA 35 A 42°C

TERMÔMETRO CLÍNICO OVAL; EM VIDRO; ESCALA 35 A 42°C; CAPILAR C/ FUNDO AMARELO P/ MELHOR VISUALIZAÇÃO; APROVADO PELO INMETRO

Item : 16

Material: LENÇOL

HOSPITALAR;100%CELULOSE;DESCARTAVEL;70CM/50M;ROLO 50M

*** LENÇOL HOSPITALAR; 100% CELULOSE VIRGEM; DESCARTÁVEL; NÃO RECICLÁVEL; GRAMATURA

70CM/ 50M; ROLO COM 50 METROS ***

Item : 17

Material: AGUA DESTILADA;CLASSE TERAPEUTICA;DILUENTE;AP 10ML

ÁGUA DESTILADA; CLASSE TERAPÊUTICA: DILUENTE; AMPOLA COM 10ML

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AFE -

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

Item : 18

Material: TUBO;COLETA SANGUE;4ML;C/K2EDTA;EST;DESC;À VÁCUO

TUBO PARA COLETA DE SANGUE; EM PLÁSTICO; CAPACIDADE 4ML; COM K2-EDTA; ESTÉRIL;

DESCARTÁVEL; À VÁCUO

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

Item : 19

Material: AGULHA;COLETA SANGUE;AI;21GX1";LUER LOCK;EST;DESC;A VACUO

AGULHA PARA COLETA DE SANGUE; EM AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO;
DIMENSÃO 21 G X 1";

TIPO DE PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO; TIPO DE CONEXÃO CONECTOR
LUER LOCK EM

PLÁSTICO, PROTETOR PLÁSTICO; ESTÉRIL; DESCARTÁVEL; EMBALAGEM
INDIVIDUAL

CONDIÇÕES ESPECIAIS:

**NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DO
PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO.**

Item : 20

Material: AGULHA;HIPODERMICA;CORPO AI;EST;DESC;CONECTOR
LUER;0,70X25MM

AGULHA; TIPO HIPODÉRMICA; CORPO EM AÇO INÓX SILICONIZADO; ESTÉRIL;
DESCARTÁVEL;

TAMANHO 0,70X25MM; CONECTOR EM PLÁSTICO LUER; PROTETOR PLÁSTICO;
TIPO PONTA BISEL

CURTO TRIFACETADO; EMBALAGEM INDIVIDUAL

CONDIÇÕES ESPECIAIS:

**NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DO
PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO.**

Item : 21

Material: TUBO;PP;ENDOTRAQUEAL;COM BALONETE;Nº 7,5

*** TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALONETE NÚMERO 7,5 ***

TUBO DE MATERIAL PLÁSTICO UTILIZADO PARA ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL;
MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS;
EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO;
COM BALÃO (BALONETE);
FABRICADO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL.

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

Item : 22

Material: TUBO;PP;ENDOTRAQUEAL;COM BALONETE;Nº 8

*** TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALONETE NÚMERO 8 ***

TUBO DE MATERIAL PLÁSTICO UTILIZADO PARA ENTUBAÇÃO ENDOTRAQUEAL;
MARCADORES DE GRADUAÇÃO EM CENTÍMETROS;
EMBALAGEM INDIVIDUAL TIPO BLISTER, DE FÁCIL ABERTURA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO;
COM BALÃO (BALONETE);
FABRICADO EM POLIPROPILENO, VÁLVULA ABS COM MOLA INOXIDÁVEL.

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO

DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

Item : 23

Material: CATETER,INTRAVENOSO;JELCO22;AZ;22G;0,9X25MM

CATETER INTRAVENOSO JELCO22; COR: AZUL (AZ)

TAMANHO (POLEGADAS):

22G 1"

DIMENSÕES (MILÍMETROS):

DIÂMETRO (Ø): 0,9MM

COMPRIMENTO: 25MM

ESTE INSUMO SERÁ UTILIZADO PARA PUNÇÃO VENOSA

ATRAVÉS DESTA PUNÇÃO HAVERÁ INFUSÃO DE MEDICAMENTO

CONDIÇÕES ESPECIAIS:

NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 (UM TERÇO) DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO.

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO

DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO

DA VALIDADE.

Item : 24

Material: TUBO,COLETA;PLAS;TRANSP;SANGUE;GEL
SEPARADOR;8,5ML;CX100UN

TUBO,COLETA;PLÁSTICO (PLAS); TRANSPARENTE (TRANSP); SANGUE; GEL
SEPARADOR;

CAPACIDADE: 8,5ML; CAIXA COM 100 UNIDADES

TUBO PARA COLETA DE SANGUE;

MATERIAL: PLASTICO TRANSPARENTE;

ESTÉRIL COM GEL SEPARADOR E ATIVADOR DE GOAGULO;

TUBO NÃO SILICONIZADO;

ROLHA DE BORRACHA SILICONIZADA;

TAMPA PLASTICA PROTETORA;

TUBOS ETIQUETADOS CONTENDO NUMERO DE LOTE;

TUBO COM VOLUME DE ASPIRAÇÃO;

EMBALAGEM: CAIXA COM 100 UNIDADES.

CONDIÇÃO ESPECIAL:

NÃO SERÁ ACEITO MATERIAL QUE TENHA ULTRAPASSADO 1/3 DO SEU PRAZO DE
VALIDADE.

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ
APRESENTAR AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA
EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O
FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU
NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

Item : 25

Material: SWAB;PP;HASTE FLEX;ALGODAO;CX 100UN

SWAB; EM POLIPROPILENO; HASTE FLEXÍVEL; ALGODAO EM UMA DAS PONTAS;
CAIXA COM 100

UNIDADES

SWAB HASTE PLÁSTICA ESTÉRIL

HASTE CONFECCIONADA EM POLIPROPILENO (PP)

ALGODÃO ESPECIAL DE ALTA ABSORÇÃO EM UMAS DAS PONTAS

ESTERILIZADO POR OXIDO DE ETILENO

PACOTE COM 100 UNIDADES EMBALADAS INDIVIDUALMENTE

Item : 26

Material: SERINGA;PP;DESCARTAVEL;CONECTOR;LUER LOK;10 ML

SERINGA EM POLIPROPILENO DESCARTAVEL;CONECTOR;LUER LOK;10 ML

DIMENSÕES DO ITEM + UNIDADE DE MEDIDA: APROXIMADAMENTE 10 X 1,5 CM(A
X D)

CARACTERÍSTICAS:

? ESTÉRIL;

? APIROGÊNICO;

? CONECTOR LUER LOK;

? GAXETA EM ELASTÔMERO PLÁSTICO (AUSÊNCIA DE LÁTEX);

? MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM POLIPROPILENO (AUSÊNCIA DE PVC);

? VOLUME 10ML COM GRADUAÇÃO EM PELO MENOS 1 ML;

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

Item : 27

Material: COMPRESSA,GAZE;ESTERIL;7,5X7,5CM;09 FIOS CM2;PT 10UN

COMPRESSA GAZE, ESTERIL;7,5CMX7,5CM;09 FIOS POR CM2;5 DOBRAS;8 CAMADAS;100%

ALGODAO;PT 10UN

Item : 28

Material: TIRA REAGENTE;APL APARELHO GLICOSIMETRO;CX 50UN

TIRA REAGENTE; CAIXA COM 50 TIRAS; APLICAÇÃO EM APARELHO GLICOSÍMETRO PORTÁTIL; PARA

MEDIR A CONCENTRAÇÃO DE GLICOSE NO SANGUE.

FORNECIMENTO GRATUITO DOS MONITORES COMPATÍVEIS COM AS TIRAS OFERTADAS. A NOTA FISCAL DOS MONITORES DEVE SER EMITIDA COMO DOAÇÃO.

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

Item : 29

Material: AGULHA,ACUPUNTURA;25X30MM;AISI 304;CX 100UN

AGULHA,ACUPUNTURA;25MMX30MM;CX100UN

AS AGULHAS DE ACUPUNTURA, PARA USO ÚNICO, POSSUEM AS SEGUINTE
CARACTERÍSTICAS: BOA

FLEXIBILIDADE, BOA RESISTÊNCIA PARA CORROSÃO, EXTREMIDADE AFIADA,
CORPO DA AGULHA

UNIFORME, ESTÉRIL (EM ÓXIDO DE ETILENO) E NÃO TÓXICA.FABRICADAS EM
AÇO INOXIDÁVEL

(AISI 304), AS AGULHAS ESTÃO DISPONÍVEIS COM TUBO GUIA, O QUE AUXILIA NA
APLICAÇÃO,

COM O CABO ESPIRALADO EM AÇO INOX OU PRATA E EMBALADAS
INDIVIDUALMENTE.ADVERTÊNCIA:O

PRODUTO É DE USO ÚNICO E NÃO DEVE SER REUTILIZADO.

UTILIZADO NO PROGRAMA DE SAÚDE E BEM ESTAR

Item : 30

Material: SEMENTE,AMARELA;AURICULOTERAPIA;TUBO 40G

SEMENTE,AMARELA;AURICULOTERAPIA;TUBO 40G

Item : 31

Material: CREME,DRENAGEM;LINFATICA;PO 1KG

CREME,DRENAGEM;LINFATICA;POTE 1KG

UTILIZAR NO PROGRAMA DE SAÚDE E BEM-ESTAR

O CREME DE MASSAGEM É UM TERMO ATIVADOR NATURAL, AUXILIA NA
ATIVAÇÃO DO SISTEMA LINFÁTICO, PROMOVENDO O AUMENTO DA CIRCULAÇÃO
E DO METABOLISMO.

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AFE - AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO

DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO DA VALIDADE.

Item : 32

Material: ELETRODO,MULTIFUNCAO;DESC;P/ADULTO;F7959W,**CMOS DRAKE**

ELETRODO MULTIFUNCAO; DESCARTAVEL, USO EM ADULTO; PLACAS CONTITUIDAS POR UM PAR DE

ELETRODOS PRE GELIFICADOS; MARCA CMOS DRAKE; APLICAÇÃO DESFIBRILADOR EXTERNO

AUTOMATICO (DEA) CMOS DRAKE, MODELO LIFE 400 FUTURA; CONECTOR AZUL E BRANCO.

REFERENCIA COMERCIAL: F7959W

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ APRESENTAR AFE -

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA PELA ANVISA, DENTRO

DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O FORNECEDOR DEVERÁ

APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO JUNTO À ANVISA, DENTRO

DA VALIDADE.

Item : 33

Material: ELETRODO,MULTIFUNCAO;DESC;P/ADULTO;F7988W;**CMOS DRAKE**

ELETRODO MULTIFUNCAO; DESCARTAVEL; USO EM ADULTO; PLACAS
CONSTITUIDAS POR UM PAR DE

ELETRODOS PRE GELIFICADOS, MARCA CMOS DRAKE, APLICAÇÃO
DESFIBRILADOR EXTERNO

AUTOMATICO (DEA) CMOS DRAKE, MODELO LIFE 400. CONECTOR PRETO.

REFERENCIA COMERCIAL: F7988W

NOTA:

DE ACORDO COM A RDC Nº 16/2014 - Seção III, O FORNECEDOR DEVERÁ
APRESENTAR AFE -

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA EMPRESA/ESTABELECIMENTO, EMITIDA
PELA ANVISA, DENTRO

DA VALIDADE.

DE ACORDO COM A Lei nº 6.360/1976 E O Decreto nº 8.077/2013, O
FORNECEDOR DEVERÁ

APRESENTAR COMPROVAÇÃO DE REGISTRO OU NOTIFICAÇÃO DO PRODUTO
JUNTO À ANVISA, DENTRO

DA VALIDADE.

Item : 34

Material: SERINGA,0.5ML;05127033-29G;**UNIQMED**;CX100UN

SERINGA,0.5ML;05127033-29G;UNIQMED;CX100UN

SERINGA DESCARTÁVEL APIROGÊNICA

MARCA: UNIQMED

REFERÊNCIA: 05127033-29G

COMPRIMENTO: 12.7 MM

DIÂMETRO: 0.33 MM

VOLUME: 0.5 ML

AGULHA 29 G

CAIXA COM 100 UNIDADES

Item : 35

Material: AGULHA,HIPODERMICA;ESTERIL;30GX1/2 (0,30x13MM);CX100UN

AGULHA HIPODÉRMICA ESTÉRIL;30GX1/2 (0,30X13MM);CX100UN

AGULHA ESTÉRIL HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL DIÂMETRO: 0.3MM

COMPRIMENTO: 13MM GAUGE: 30

1/2 POLEGADA CAIXA COM 100 UNIDADES

COMPATÍVEL COM TODOS OS TIPOS DE SERINGAS (SLIP OU LUER LOCK)

Portaria da Diretoria Executiva

PORTARIA Nº 1, de 24 de fevereiro de 2026

O Diretor Executivo da Fundação Oswaldo Cruz, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 2.277, de 12 de abril de 2023, da Casa Civil; pela Portaria nº 10, de 10 de janeiro de 2024, da Fiocruz e pelo Decreto nº 11.228, de 07 de outubro de 2022 - Estatuto Fiocruz.

RESOLVE:**1.0 - PROPÓSITO**

Art. 1º Disciplinar, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, o procedimento de apuração de responsabilidade relacionado às infrações praticadas nos certames licitatórios e nos atos subsequentes à sessão competitiva, e a dosimetria na aplicação das respectivas sanções.

2.0 - OBJETIVO**CAPÍTULO I****DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES**

Art. 2º Os licitantes ou contratados serão responsabilizados administrativamente pelo cometimento de infrações, e penalizados com advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade sancionadora, com base nos critérios da razoabilidade e proporcionalidade.

§1º A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§2º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 3º Garantido o contraditório e a ampla defesa, serão consideradas infrações, com possibilidade de aplicação das respectivas sanções:

I. dar causa à inexecução parcial do contrato que não tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, e não se justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. advertência;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

II. dar causa à inexecução parcial do contrato que tenha causado grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que justifique a imposição de penalidade mais grave:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

III. dar causa à inexecução total do contrato:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

V. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial quando não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação, recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível, solicitar desclassificação da proposta quando encerrada a etapa competitiva, deixar de apresentar amostra quando exigido no instrumento convocatório, ou apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado:

a. impedimento de licitar e contratar, prazo máximo de 3 (três) anos;

b. multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando agir em conluio ou em desconformidade com a legislação em vigor, induzir deliberadamente a erro no julgamento das propostas, ou apresentar amostra falsificada, deteriorada ou em desconformidade com as especificações do edital:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XI. praticar atos ilícitos com vistas a fraudar os objetivos da licitação:

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 (que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira):

a. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de 3 (três) a 6 (seis) anos;

b. multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar também poderá ser aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II ao VII quando justificada a imposição de penalidade mais grave.

§2º A aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, de competência exclusiva da Presidência da Fiocruz, será precedida de análise jurídica.

§3º A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas no *caput* do art. 2º desta Portaria.

§4º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§5º Respeitando os limites mínimos e máximos das sanções previstas para cada uma das infrações, a dosimetria será

calculada mediante utilização da tabela presente no Anexo I desta Portaria.

§6º No caso de infrações cometidas no âmbito dos certames licitatórios, a aplicação da sanção de multa terá como base de cálculo o valor estimado total do item ou lote pelo qual o licitante está objetivando a contratação, a ser expressa no edital/contrato.

§7º A aplicação das sanções não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Fiocruz.

Art. 4º O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora que poderá variar entre 0,05% (cinco centésimos por cento) e 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida, conforme previsão do instrumento convocatório, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias.

§1º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Fiocruz a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Portaria.

§2º A conversão prevista no § 1º será analisada no caso concreto, até o prazo máximo de 25 (vinte e cinco) dias de atraso, quando será automaticamente convertida para compensatória, podendo ensejar na extinção do contrato.

§3º Na hipótese de o limite máximo de atraso ser atingido e persistindo o interesse na contratação, o gestor do contrato deverá comunicar o atraso e justificar o interesse à autoridade superior.

§4º Também incidirá multa moratória, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), nos casos de inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

§5º O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia das contratações autoriza a Fiocruz a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

Art. 5º Na aplicação das sanções previstas neste artigo serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

CAPÍTULO II

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES E DAS SANÇÕES

Seção I

Das circunstâncias atenuantes

Art. 6º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, e desde que devidamente comprovadas, são situações que, cumulativamente, atenuam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado;

II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;

III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;

IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à Fiocruz, observando-se, cumulativamente, que:

- a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;
- b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;
- c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.

V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à Fiocruz.

Seção II

Das circunstâncias agravantes

Art. 7º Respeitados os limites mínimos e máximos das sanções previstas nas hipóteses do art. 3º desta Portaria, são situações que, cumulativamente, agravam as sanções em até 20% (vinte por cento), conforme tabela presente no Anexo I desta Portaria:

I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da Fiocruz, em decorrência da prática de qualquer das

condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou

IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

Art. 8º No estabelecimento da pena, o cálculo para dosimetria da sanção considerará a soma dos critérios agravantes aplicáveis ao caso concreto, subtraído da soma dos percentuais atenuantes, e o resultado dessa operação indicará o percentual (alíquota) da multa e dos meses de impedimento/inidoneidade a serem aplicados.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Seção I

Da instauração do processo

Art. 9º Quando verificada hipótese de descumprimento, total ou parcial, das regras estabelecidas no termo de referência, no projeto básico, no instrumento convocatório, no contrato administrativo, bem como em legislações correlatas, conforme o caso, o pregoeiro, agente de contratação, fiscal ou gestor do contrato deverá adotar as providências cabíveis, relacionadas ao seu poder-dever de agir.

Art. 10 As providências preliminares mencionadas no artigo anterior deverão ocorrer através de processo relacionado ao processo licitatório ou de gestão contratual, conforme o caso.

Art. 11 Observadas as razões para continuidade da apuração, o servidor público mencionado no art. 9º deverá providenciar a comunicação preliminar ao contratado/licitante para que este apresente seus esclarecimentos prévios. Parágrafo único. A comunicação preliminar do contratado/licitante deverá ser realizada por meio de instrumento formal, conforme exemplo previsto no Anexo II desta Portaria.

Art. 12 Após o envio da comunicação preliminar, caso o contratado/licitante apresente manifestação consistente ou reversão de conduta, após o prazo concedido, a apuração preliminar deverá ser encerrada.

Parágrafo único. Caso o contratado/licitante não apresente manifestação consistente, reversão de conduta ou abstenha de se manifestar, após o prazo concedido, o servidor público mencionado no art. 9º deverá solicitar à autoridade competente autorização para instauração do processo de apuração de responsabilidade, indicando, no que couber:

I. Descrição da conduta praticada pelo licitante ou contratado;

II. Indicação das cláusulas editalícias ou contratuais e dispositivos legais infringidos;

III. Cópia do edital/termo de referência/projeto básico;

IV. Cópia do contrato, ou, na sua falta, do instrumento congênere, dos termos aditivos e dos apostilamentos, se houver;

V. Cópia de notas fiscais/fatura;

VI. Cópia da publicação da nomeação do responsável pela fiscalização/gestão do contrato ou do recebimento do objeto;

VII. Comunicação preliminar com o comprovante de recebimento;

VIII. Documentos comprobatórios da infração em questão, com as devidas trocas de e-mails, fotos, e qualquer meio que comprove o ilícito administrativo;

IX- Resposta da comunicação preliminar, se houver;

X. Relatório contendo uma análise da Comunicação preliminar e a recomendação para a apuração de responsabilidade, conforme exemplo presente no Anexo III deste Decreto.

Art. 13 Recomenda-se a concessão do prazo de 5 (cinco) dias úteis para que o licitante/contratado se manifeste em relação à comunicação preliminar de que trata o art. 11 desta Portaria.

Parágrafo único. A não manifestação do licitante/contratado no prazo concedido não obsta o prosseguimento do processo administrativo de apuração de responsabilidade.

Art. 14 A autoridade competente da Unidade, após análise, entendendo pelo prosseguimento do processo, emitirá o Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade, conforme Anexo IX desta Portaria, e o remeterá à Comissão de Apuração de Responsabilidade, para providências cabíveis.

Seção II

Da Comissão de Apuração de Responsabilidade - COAR

Art. 15 Garantindo o devido processo legal, para aplicação das sanções de que trata esta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido por Comissão composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores estáveis e 1 (um) suplente, que será responsável pela avaliação dos fatos e circunstâncias, devendo o licitante/contratado eventualmente responsável ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar provas que pretenda produzir.

§1º A Comissão poderá contar com o apoio de outros agentes vinculados às unidades licitantes e/ou fiscalizadoras das contratações em que tenham sido identificadas as irregularidades objeto da responsabilização.

§2º Havendo o deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela Comissão, o licitante/contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§3º A Comissão poderá indeferir, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§4º A Comissão formará sua convicção, motivadamente, com base na livre apreciação dos fatos e condutas praticadas, devendo, quando necessário, promover diligências para a apuração da veracidade das informações e provas apresentadas pela defesa.

§5º Para a aplicação da sanção de advertência, prevista no inciso I, do art. 3º desta Portaria, o processo administrativo de apuração de responsabilidade será conduzido de forma sumária, com a aplicação da referida sanção pela própria Comissão de que trata o *caput* deste artigo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com a observação do previsto nos artigos 9º a 13, desta portaria.

§6º Cada unidade descentralizada deverá constituir Comissão própria para condução do processo administrativo de apuração de responsabilidade e aplicação das sanções de que trata esta Portaria.

Seção III

Do julgamento

Art. 16 Encerrados os procedimentos e diligências previstos nos artigos anteriores, a Comissão remeterá o processo de apuração de responsabilidade à autoridade competente da Unidade, devidamente instruído com o relatório final, para emissão de decisão.

Art. 17 O relatório final da Comissão é peça informativa e opinativa que deverá conter o resumo do procedimento e proposta fundamentada de decisão, devendo conter, no mínimo:

I. os fatos;

II. os argumentos apresentados;

III. as provas eventualmente apresentadas;

IV. os fundamentos legais e contratuais para a eventual aplicação da sanção, quando for o caso;

V. a dosimetria da sanção baseada na Tabela presente no Anexo I desta Portaria; e

VI. outras informações necessárias e pertinentes.

Art. 18 A autoridade competente, após receber o processo administrativo correspondente, poderá encaminhar à Procuradoria Federal para emissão de parecer jurídico, em caso de dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a, ou quando a Comissão concluir pela sanção de inidoneidade para licitar ou contratar.

§1º Após a emissão do parecer jurídico, o processo retornará à autoridade competente para decisão.

§2º A sanção de inidoneidade para licitar ou contratar será obrigatoriamente precedida da análise jurídica pela Procuradoria Federal.

Art. 19 A autoridade competente proferirá decisão, acatando ou não o relatório final apresentado pela Comissão, motivando sua posição.

§1º Na hipótese de a autoridade competente concordar com o Relatório emitido, poderá adotar, como razão de decidir, os fundamentos apresentados pela Comissão, ratificando-os.

§2º Ao proferir decisão no processo de apuração de responsabilidade, a autoridade competente deverá verificar se foram obedecidos, nos respectivos autos, os pressupostos de validade e desenvolvimento regular.

Art. 20 A decisão proferida deverá ser objeto de notificação do licitante/contratado, por meio de correspondência oficial acompanhada de cópia do relatório de conclusão da instrução e da decisão da autoridade competente.

Art. 21 À autoridade competente da Unidade compete a aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar.

Art. 22. À Comissão compete a aplicação da sanção de advertência, cabendo recurso à Autoridade Competente.

Art. 23 Nos termos do inciso I, do §6º, do artigo 156, da lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, compete ao presidente da Fiocruz a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade.

Art. 24 Da decisão pela sanção do licitante/contratado responsável pelas infrações previstas nesta Portaria caberá recurso à autoridade superior, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação de decisão.

§1º Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20

(vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

Art. 25 Nos termos do parágrafo único do artigo 168 da Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, a autoridade competente para decidir sobre o recurso poderá se valer do auxílio da Procuradoria Federal para elaboração de suas decisões em relação aos recursos e pedido de reconsideração, quando houver dúvida jurídica, através de nota técnica contextualizando-a.

Art. 26 Mantida a decisão recorrida, ou esgotados os prazos recursais, o licitante/contratado será devidamente intimado da decisão final, e a autoridade encaminhará os autos do processo para o setor técnico proceder com o registro da penalidade, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

Art. 27 A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Fiocruz, e será interrompida pela instauração do processo de responsabilização e suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Art. 28 Os atos previstos como infrações administrativas nesta Portaria ou em outros dispositivos legais que também sejam tipificados como atos lesivos pela lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida lei.

CÁPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Portaria ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Art. 30 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a Fiocruz, exigidos, cumulativamente:

I. a reparação integral do dano causado;

II. o pagamento da multa aplicada;

III. o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da sanção, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da sanção, no caso de declaração de inidoneidade;

IV. o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V. a análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do art. 3º desta Portaria exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

Art. 31 Na apuração dos fatos de que trata esta Portaria, a Comissão atuará com base no princípio da boa-fé objetiva, assegurando ao licitante ou contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 32 A aplicação das sanções previstas nesta Portaria não impede a responsabilização civil e criminal dos licitantes ou contratados.

Art. 33 Aplicam-se subsidiariamente aos processos administrativos instaurados com base nesta Portaria, no que couber, as disposições da lei nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 34 As previsões desta Portaria não se aplicam às infrações e sanções referentes a licitações e contratos administrativos regidos pela lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e pela lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

Art. 35 Esta Portaria passa, obrigatoriamente, a fazer parte, como anexo, de todos os editais de licitação publicados por todas as unidades da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, que deverão ser submetidos à apreciação prévia jurídica.

Art. 36 Fica revogada a Portaria COGEAD nº. 185, de 10 de junho de 2024.

3.0 - VIGÊNCIA

Art. 37 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **JULIANO DE CARVALHO LIMA, Diretor(a) Executivo**, em 24/02/2026, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.fiocruz.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5933953** e o código CRC **47CE16BD**.

Referência: Processo nº 25380.006317/2025-10

SEI nº 5933953

Anexo I

Dosimetria das Sanções

Critérios	Escala						Pontuação
	Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito alta	
Natureza e a gravidade da infração cometida				x			3
A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle				x			3
Os danos que dela provierem para a Administração Pública					x		4
As peculiaridades do caso concreto						x	5

Dosimetria e Circunstâncias

Selecione as possíveis sanções/incisos:

Impedimento **IV**

Sem Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
15	11,18%	27	-

Atenuante/Agravante (%)			
Atenuantes (até 20%)		1	-4%
Agravantes (até 20%)		4	20%
Total		5	16%

Com Atenuante/Agravante			
Total (Pontos)	Multa (%)	Impedimento (Meses)	Inidoneidade (Meses)
17	12,97%	31	-

Nota 1: Para o cálculo da multa a ser aplicada, foi adotado um modelo de fator progressivo, no qual o percentual aumenta de forma escalonada, de acordo com a pontuação atribuída no Quadro de Dosimetria, respeitando os percentuais mínimos e máximos estabelecidos na Portaria e no art. 156 da Lei 14.133/2021.

Nota 2: De forma similar, foram calculados os meses para aplicação das sanções de impedimento e inidoneidade de licitar e contratar. A partir dos limites superior e inferior dos meses e da pontuação do Quadro de Dosimetria, foi calculado um fator a ser aplicado progressivamente, conforme o aumento da pontuação. Assim, 01 ponto corresponde à 01 mês e 20 pontos a 36 meses no caso do impedimento de licitar e contratar. Já a sanção de inidoneidade, 01 ponto corresponde a 36 meses e 20 pontos a 72 meses, conforme limites

estabelecidos na legislação. A cada um ponto adicionado, foram aplicados os fatores de 1,842 e 1,895 para impedimento e inidoneidade, respectivamente.

As circunstâncias agravantes ou atenuantes		Aplicável?	%
Atenuantes (Até 50%)	I. conduta decorrente de falha não controlada e provocada pelo licitante ou contratado		-4%
	II. apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação;		-4%
	III. apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, quando evidenciado equívoco em seu encaminhamento e ausência de dolo;		-4%
	IV. entrega de documentação fora dos prazos estabelecidos, quando não tenha acarretado prejuízos à FioCruz, observando-se, cumulativamente, que: a) a documentação entregue esteja correta e adequada ao que fora solicitado;		
	b) o eventual atraso no cumprimento dos prazos não seja superior à sua quarta parte;	X	-4%
	c) o licitante faltoso não tenha sofrido registro de penalidade no SICAF em decorrência da prática de quaisquer condutas tipificadas na presente norma em procedimentos licitatórios ou em contratações ocorridas nos 12 (doze) meses que antecederam o fato, em razão do qual será aplicada a penalidade.		
	V. a conduta não tenha acarretado prejuízo à FioCruz.		-4%
Agravantes (até 50%)	I. restar comprovado que o licitante ou contratado tenha registro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF de penalidade aplicada no âmbito da FioCruz, em decorrência da prática de qualquer das condutas tipificadas na presente norma, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;	X	5%
	II. restar comprovado que o licitante tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;	X	5%
	III. o licitante, deliberadamente, não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório; ou	X	5%
	IV. restar comprovado que o licitante tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.	X	5%
Total			16%

Nota 3: Foi adotado o percentual máximo de 20%, conforme modelo de parâmetros agravantes e atenuantes estabelecido no Manual de Responsabilização de Entes Privados da Controladoria-Geral da União.

Anexo II
Modelo de Comunicação Preliminar

Comunicação Preliminar

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

ENDEREÇO: XXXXXX

A/C: Sr. Representante Legal

Assunto: Solicitação de esclarecimentos ou providências quanto a execução do Contrato XX/2025 – Processo Administrativo XXXXXX/2025-XX.

COMUNICAÇÃO PRELIMINAR

Prezado(a),

Com amparo na Lei nº 14.133, de 2021, solicito justificativas ou esclarecimentos, bem como adoção de eventuais providências, sobre os fatos abaixo relacionados: A contratada EMPRESA xxx LTDA, até a presente data, não cumpriu ao previsto na cláusula xx do Edital do certame licitatório de nº. Xx - cláusula xx do Termo de Referência, uma vez que xxx.

Alertamos que o licitante/contratada está sujeito às penalidades previstas na Cláusula xx, também do Edital.

Tendo em vista os fatos acima elencados, requer-se a imediata regularização da situação supracitada.

Por oportuno, informo que o não atendimento da providência ou o seu atendimento fora das condições contratuais ensejará instauração de procedimento administrativo específico para o exame dos fatos e eventual aplicação das sanções previstas na Portaria nº. xxx e na legislação correlata em vigor, e será processado de acordo com as seguintes fases:

- (a) instauração do processo para apuração de responsabilidade;
- (b) fase da defesa prévia: será aberto prazo para apresentação de defesa prévia do licitante/contratado;
- (c) fase de aplicação da sanção: se os argumentos presentes na defesa não forem suficientes para afastar a sanção prevista e/ou não forem apresentadas as provas do alegado, a sanção será aplicada pela autoridade competente com abertura de prazo para recurso administrativo;
- (d) fase recursal: protocolado o pedido de reconsideração ou recurso, se não reconsiderar a decisão, a autoridade que aplicou a sanção remeterá o recurso à autoridade imediatamente superior para análise e decisão sobre o recurso;
- (e) fase executória: caso haja a manutenção da decisão de aplicação da penalidade, esta será registrada no SICAF e a multa será cobrada do licitante/contratado.

Atenciosamente,

Servidor
SIAPE

Anexo III

Modelo de Relatório a ser enviado à Comissão – Descrição da Infração

1. Identificação do Contrato

- Número do Contrato: _____
- Objeto do Contrato: _____
- Processo Administrativo nº: _____
- Unidade Administrativa Responsável: _____
- Vigência do Contrato: // _____ até // _____
Ou

2. Identificação do Certame

- Número do Certame: _____
- Objeto: _____
- Item licitado: _____

3. Identificação do Contratado/Licitante

- Razão Social: _____
- CNPJ: _____
- Representante Legal: _____
- Telefone/E-mail: _____

4. Dados da Ocorrência

Data da ocorrência: ____/____/____

Local da ocorrência: _____

Data da constatação pela fiscalização: ____/____/____

5. Descrição da Possível Infração

- Data da Ocorrência: // _____
- Local da Ocorrência: _____

- Tipo de Infração:

- ☐ Inexecução total/parcial do objeto
- ☐ Descumprimento de prazos
- ☐ Entrega de produto/serviço fora das especificações
- ☐ Conduta incompatível com a ética contratual
- ☐ Outros: _____

6. Descrição Detalhada da Infração

(Descrever de forma clara e objetiva os fatos observados, indicando como a conduta do contratado configura descumprimento contratual.)

7. Dispositivos Afetados

Cláusula violada: _____

8. Evidências Comprobatórias

(Relacionar documentos, registros, cópias de e-mails, notificações, atas de reunião, fotografias, relatórios, registros de não conformidade, ofícios ou comunicações que demonstrem a infração.)

9. Tentativas de Solução

(Comunicação prévia com o fornecedor para resolução amigável; Registro de reuniões, tratativas ou acordos não cumpridos; Propostas de correção ou substituição recusadas)

10. Consequências da Infração

(Descrever os impactos da infração, tais como atrasos, prejuízos causados à administração - financeiros, operacionais, reputacionais; riscos à continuidade do serviço ou fornecimento; afetação de terceiros ou usuários finais, outros.)

11. Histórico de Execução

(Registros anteriores de desempenho do fornecedor, notificações ou advertências já emitidas, cumprimento de prazos anteriores.)

12. Medidas Adotadas pela Administração

- Notificação formal enviada em // _____
- Prazo concedido para manifestação: _____ dias
- Resposta do fornecedor:

☐ Recebida em // _____

☐ Não recebida até a presente data

Manifestação do gestor quanto às alegações apresentadas na resposta à Notificação.

13. Proposta de Sanção (se aplicável)

- ☐ Advertência
- ☐ Multa contratual
- ☐ Suspensão temporária de participação em licitações
- ☐ Declaração de inidoneidade

Fundamentação: _____

14. Responsável pela Constatação da Infração

Nome: _____

Cargo/Função: _____

SIAPE: _____

Assinatura: _____

Data: ____/____/____

De acordo da Autoridade Competente: _____

Data: ____/____/____

Anexo IV

Termo de Instauração de Apuração de Responsabilidade

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2____.

Recebidos os documentos preliminares previstos no parágrafo único do art. 12 da Portaria nº XX/2025, autorizo a instauração processual de Apuração de Responsabilidade e abertura da fase de instrução.

Encaminhe-se à Comissão de Apuração de Responsabilidade para análise e providencias cabíveis.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

Anexo V
Notificação para defesa prévia

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de ____ de 2__

À EMPRESA xxxx LTDA.
CNPJ: 00.000.000/0001-00
RUA XXXXXXXX, Nº XXXX
BAIRRO XXXXXXXX
CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: Notificação para apresentação de defesa prévia

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar), vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada) acerca dos seguintes fatos:
2. Resumo dos fatos: descrição dos fatos com um nível de detalhamento que propicie à empresa apresentar sua defesa prévia de forma ampla. Indicar, se for o caso, o período, valores, nome dos terceirizados envolvidos e outras informações consideradas importantes.
3. Referência Legal/Edital/Contrato: indicar as cláusulas do Edital ou Contrato, bem como da legislação correlata que foram infringidas.
4. Sanções Correlatas: indicar qual ou quais sanções previstas para o fato em que a empresa poderá ser sancionada, se restar comprovada a infringência da Lei, Edital e/ou Contrato.
5. Em resposta ao Ofício nº de/...../....., encaminhado pelo (nome do órgão ou entidade contratante), por meio do qual foram relacionados os fatos acima elencados, essa empresa (nome da

6. empresa contratada) apresentou justificativas em/...../....., bem como anexou as provas documentais que julgou pertinentes.
7. As justificativas apresentadas foram examinadas pelo setor competente, juntamente com os documentos que a instruíram, com o fim de amparar os argumentos da defesa. Ocorre que ficou constatado xxxx, não sendo possível aceitar como justificativa xxx, conforme a análise feita pelo setor competente constante do relatório/nota técnica, juntada em anexo.
8. Assim, fica essa empresa notificada para, querendo, apresentar defesa prévia no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigida a (nome da autoridade máxima do órgão), no endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone), tendo em vista que a avaliação do setor competente indicou ser o caso de aplicação de sanções administrativas previstas no inciso xx, do art. 3º, da Portaria nº. Xx.
9. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição da defesa prévia.

Nome da autoridade

SIAPE

Cargo

ANEXO VI
Aplicação de Penalidade

OFÍCIO Nº. xxx/20xx

Rio de Janeiro, __ de ____ de 2__.

À EMPRESA xxx LTDA.

CNPJ: 00.000.000/0001-00

RUA XXXXXXXX, Nº XXXX

BAIRRO XXXXXXXX

CIDADE / ESTADO / CEP

ASSUNTO: NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE/RESCISÃO CONTRATUAL (nota explicativa: somente incluir a rescisão contratual na hipótese de ser adotada juntamente com a imposição da penalidade)

1. A Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, por intermédio do (nome do órgão), neste ato representada por (nome e cargo do titular ou autoridade que detiver competência para notificar) vem NOTIFICAR (nome da empresa a ser notificada), já qualificada no Contrato (número e ano do contrato) da aplicação da penalidade (descrever a pena aplicada, por ex. advertência, multa, etc.) e da rescisão do Contrato nº. XX/XX (nota explicativa: manter o trecho sublinhado somente se for notificar conjuntamente acerca da rescisão contratual e da aplicação de penalidade), conforme decisão fundamentada da autoridade, juntada em anexo.
2. Assim, fica a empresa notificada para, querendo, apresentar RECURSO, conforme previsto nos art. 24, da Portaria nº. Xx, e nos arts. 166 e 167 da Lei nº 14.133, de 01º de abril de 2021, a contar da data do recebimento desta notificação, dirigido a (nome da autoridade máxima do órgão, no

3. endereço (endereço completo com indicação de número de andar, sala e telefone).
4. Por oportuno, informo que os autos do Processo Administrativo (incluir nº do processo administrativo específico) encontram-se à disposição para vista do interessado, no setor (incluir o nome do setor, nº da sala, horário e demais dados importantes), podendo ser disponibilizado digitalmente caso haja necessidade, o que não modifica ou altera o prazo improrrogável de 15 (quinze) dias úteis para interposição do recurso.

Nome da autoridade

Cargo

